



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
~~ASSEMBLEIA REGIONAL~~  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL Nº 8/90

APROVA O PLANO REGIONAL PARA 1991

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve, nos termos da alínea o) do nº 1 do artigo 229º e do nº 1 do artigo 234º da Constituição e da alínea l) do nº 1 do artigo 32º e do nº 3 do artigo 34º do Estatuto Político-Administrativo, aprovar:

1- O Plano Regional para 1991, que se anexa.

2- A seguinte recomendação:

- Considerando o grande esforço que o Governo Regional se propõe fazer para, aplicando recursos financeiros apreciavelmente reduzidos, impulsionar decididamente o desenvolvimento harmónico do Arquipélago;

- Concordando com os vários programas e projectos constantes dos documentos em apreciação, aos quais reconhece as virtualidades necessárias a responder aos problemas fundamentais da Região, dandolhes por isso a sua aprovação;

- Reconhecendo as limitações existentes quanto ao nível de endividamento;

- Tomando como fundamental não se agravar o défice orçamental, nem alterar substancialmente a repartição dos fundos atribuídos aos vários sectores e departamentos e às várias ilhas;

Recomenda ao Governo que promova com todo o empenho a benefício de fundos que venham a ser libertados em resultado do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA REGIONAL  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

-2-

declarado propósito de poupança na execução do orçamento corrente ou no decurso da execução de alguns programas, bem como de fundos não orçamentados que venham a ser destinados à Região, oriundos das participações comunitárias ou de outra origem, os quais permitirão reforçar os recursos regionais:

- prosseguir o programa de polivalentes;
- beneficiar outras estradas, além das previstas, especialmente deterioradas em consequência das tarefas da reconstrução do sismo de 80 e das grandes obras públicas levadas a efeito nos últimos anos;
- iniciar a resolução dos problemas especialmente urgentes derivados da superlotação de escolas secundárias nos maiores centros urbanos da Região;
- alargar a cooperação com as autarquias locais para a resolução do problema da fixação de professores nos concelhos mais afastados, mediante o fornecimento de habitações de função;
- promover o aproveitamento de recursos energéticos de origem hídrica e outras, visando a máxima valorização das capacidades regionais;
- impulsionar a conclusão de obras de restauro em igrejas, afectadas pelo sismo de 80 e outras, bem como em outros edifícios de valor patrimonial;
- dar conta à Assembleia Legislativa Regional das diligências feitas quanto a estes objectivos no fim do segundo e terceiro trimestres de 1991.

Aprovado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores,  
na Horta em 30 de Novembro de 1990.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
ASSEMBLEIA REGIONAL  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

-3-

O Presidente da Assembleia Legislativa  
Regional dos Açores,

José Guilherme Reis Leite

*Jose Guilherme Reis, lrs.* -4-

## INTRODUÇÃO

A proposta de Plano para 1991, a ser apreciada pela Assembleia Legislativa Regional, enquadra-se nos grandes objectivos de desenvolvimento fixados para o quadriénio 1989-1992, não obstante a sua dotação global ser inferior ao desejável e inicialmente previsto.

Na introdução ao Plano de Médio Prazo 1989-1992 reconhecia-se explicitamente que os objectivos e estratégias de desenvolvimento cuja adopção se propunha eram ambiciosos, envolvendo a sua concretização a mobilização de elevados recursos financeiros, tanto de origem nacional como comunitária.

O montante dos recursos financeiros de origem nacional tem ficado muito aquém do necessário e do desejável, podendo, no limite, influenciar o ritmo de aproveitamento integral das possibilidades de co-financiamento comunitário de alguns empreendimentos. Houve também que recorrer a empréstimos, nomeadamente junto de instituições financeiras comunitárias.

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

No que respeita aos recursos financeiros provenientes dos fundos estruturais da Comunidade Europeia, a Administração Regional tem feito um grande esforço por forma a apresentar em tempo útil e nos termos estabelecidos pelas novas regras comunitárias os programas operacionais cuja execução dará origem a fluxos financeiros importantes em termos de receita do orçamento regional. Neste processo, os serviços da Administração Central que são interlocutores nacionais dos diversos serviços comunitários têm prestado uma colaboração com a Região que merece ser positivamente registada.

A diminuição verificada no ritmo dos fluxos financeiros, resultante, em parte, da alteração da regulamentação dos fundos estruturais, está a ser recuperada. Há que registar o facto de o Programa Comunitário REGIS vir a sofrer alterações por o apoio ao investimento programado ser reduzido, perspectivando-se, contudo, que este programa, da iniciativa da Comissão, possa vir a ser reforçado ainda no decurso da vigência deste Plano de Médio Prazo.

Ocorreram entretanto mudanças profundas em alguns dos pressupostos de partida, que influenciaram decisivamente o ritmo de concretização dos objectivos inicialmente adoptados. Um outro exemplo daquelas mudanças decorre da crise do Golfo, cuja extensão ainda não está totalmente avaliada, conduzindo mesmo a alguma incerteza (caso dos combustíveis, energia, transportes,

-6-

*Jose Guilherme Reis*

etc.).

Não se prevendo, para 1991, uma atenuação significativa do constrangimento orçamental verificado no ano em curso, há que fazer claramente opções que se traduzem na prioridade dada aos empreendimentos cuja execução esteja prevista em programas operacionais ou garantida por empréstimos externos. Esta orientação de princípio não implica o abandono ou mesmo o diferimento sistemático de todos os restantes empreendimentos e iniciativas — trata-se, sim, de uma hierarquização imposta pelas circunstâncias que visa maximizar os efeitos da aplicação dos recursos financeiros existentes — mas há que admitir que o processo de desenvolvimento da Região não terá o suporte de crescimento proposto inicialmente.

Prosseguindo com uma gestão criteriosa e rigorosa dos meios disponíveis, procurar-se-á, na medida do possível, minorar os efeitos negativos do mencionado constrangimento orçamental.

Considera o Governo que, não obstante as dificuldades apontadas, os investimentos previstos neste documento, para além de suscitarem um razoável nível de actividade económica, são de molde a que a presente proposta reflecta ainda os objectivos globais e sectoriais enunciados no Plano de Médio Prazo 1989-1992 e seja conducente à sua realização, embora num horizonte mais dilatado.

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

## 1- ENQUADRAMENTO EXTERNO

A situação económica mundial, aferida pelo volume das trocas internacionais, sugere uma evolução global favorável, fruto de um esforço acrescido da cooperação económica internacional, não obstante a subsistência de zonas marcadas pela instabilidade, por processos de profundo reajustamento estrutural e até, nalguns casos, por regressão económica.

O ritmo de expansão dessas trocas deve ser, em 1990, de 6,3%, admitindo-se que suba para 6,9% em 1991. Segundo o Fundo Monetário Internacional o conjunto da economia mundial poderá crescer 2,2% durante o ano em curso e cerca de 3% em 1991.

As potencialidades da cooperação económica assumiram uma nova dimensão com as mudanças políticas espectaculares que ocorreram na Europa central e oriental, que tornam possíveis reformas económicas sem precedentes no sentido do abandono mais ou menos gradual da economia

---

*Jose Guilherme Pereira* -8- *Pereira*

planificada em favor da economia de mercado. De tais reformas, de enorme complexidade e dificuldade, poderão resultar, a prazo, consideráveis vantagens para os países em questão e para a economia mundial.

Como é evidente todos os cenários para 1991 foram construídos (a médio prazo) nos pressupostos da estabilidade política na zona do Golfo Pérsico e da manutenção do volume da oferta de petróleo. A não ser assim, e para além de alterações políticas no Médio Oriente de alcance imprevisível, a estabilização dos preços visada pelas políticas anti-inflacionistas será posta em causa e a economia mundial, em particular as economias europeias até há pouco planificadas e os países em desenvolvimento sentirão graves dificuldades.

A actividade económica na zona da OCDE continuou a progredir a bom ritmo, prevendo-se para 1990 e 1991, com a ressalva antes feita, uma expansão regular da actividade de praticamente, 3% ao ano, com taxas de inflação da ordem de 4,5% e desemprego estabilizado em 6,5%.

Na Comunidade Europeia o ano de 1989 caracterizou-se por um bom crescimento tanto do PIB (3,5%) como do emprego

---



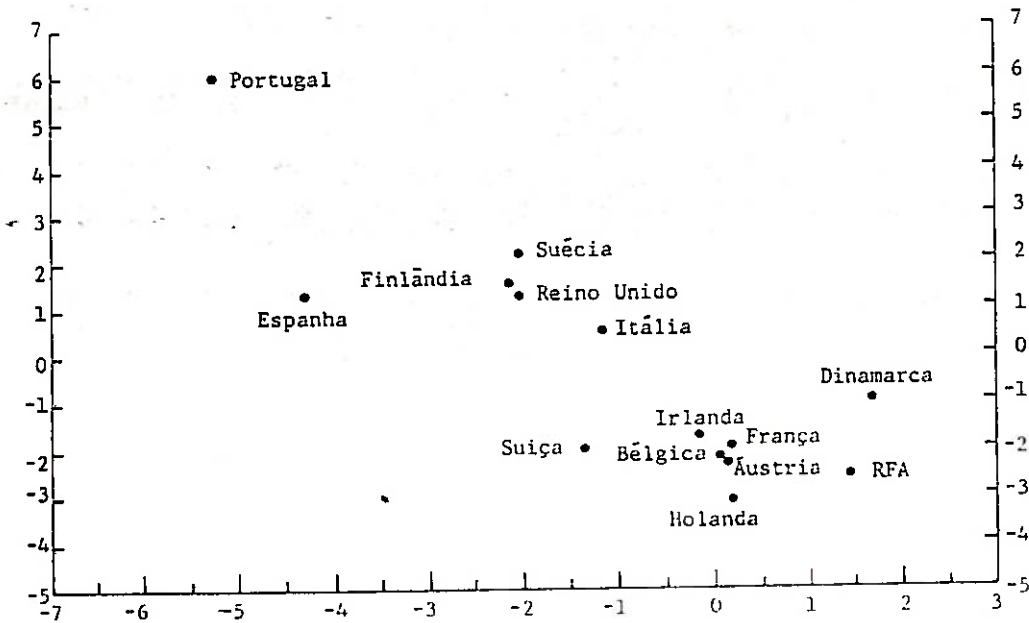
*Jose Guilherme Reis Reis*  
-9-

(1,5%), tendo-se acentuado a convergência dos resultados da actividade económica dos estados membros.

### INFLAÇÃO E DESEQUILÍBRIOS EUROPEUS

Diferencial médio da taxa de inflação face à média europeia, 1987-91  
(eixo vertical)

Variação acumulada das balanças correntes em % do PIB, 1987-91  
(eixo horizontal)



Jose Gualberto -10- *Jose Gualberto*

Para o ano em curso prevêem-se crescimentos reais do produto de 3%, do investimento de cerca de 5% e das exportações de mais de 6%. Quanto ao emprego deve aumentar 1%, o que corresponde a cerca de 1,5 milhões de postos de trabalho e fará com que a taxa de desemprego se situe abaixo de 9%. Graças às medidas tomadas pelas autoridades monetárias de diversos países e à evolução dos preços das importações, a inflação média deverá situar-se em cerca de 4,5% em 1990, contra 4,7% em 1989, mas aquela média resulta de taxas nacionais muito diversificadas. A convergência nesta área é indispensável, sob pena de se acentuar a diferenciação das taxas de juro e de ser afectada a estabilidade cambial, com reflexos negativos no investimento e no crescimento produtivo. As políticas orçamentais de alguns estados membros têm conduzido à persistência de níveis elevados de inflação e a desequilíbrios da balança de pagamentos, requerendo um reforço de coordenação em ordem à união económica e monetária.

A política económica da Comunidade Europeia terá que enfrentar dois desafios: aprofundar a coordenação das bases do crescimento e acentuar a convergência no sentido da estabilidade, e isto num quadro de algumas incertezas provocadas pela crise do Golfo e noutras zonas do globo.

Jose Gualberto Pires  
-11-

A nível nacional, o combate à inflação, a subida da tributação indirecta e um orçamento de Estado restritivo para 1991 são elementos essenciais da política de estabilização financeira que, em associação com uma nova versão da política de trabalho e de rendimentos, visam a transição controlada para a União Económica e Monetária.

Na economia portuguesa registou-se um aumento da taxa de crescimento em 1989 (5,4%), acompanhada da diminuição da taxa de desemprego (5,3%). A inflação, porém, situou-se próximo de 13%, nomeadamente em razão da evolução dos preços dos bens alimentares.

Para o ano em curso e para o próximo prevêem-se a atenuação do crescimento da procura interna, sem prejuízo da progressão a níveis elevados da formação bruta de capital fixo, a manutenção da taxa de desemprego e o crescimento do PIB a cerca de 4% ao ano (3,5% em 1991). Quanto à inflação, que tem ultrapassado as metas fixadas, irá recorrer-se à política orçamental tendo em vista a sua contenção e aproximação da média comunitária, como complemento dos ajustamentos introduzidos através da política monetária.

---

## 2- SITUAÇÃO INTERNA

O critério corrente e simples de avaliação do desenvolvimento nacional é a capitação do Produto Interno Bruto e a sua taxa de variação que o Banco Mundial calcula e publica no seu relatório anual. Aquele critério é enriquecido quando se transforma o PIB per capita nominal em standard de poder de compra (SPC) por forma a eliminar distorções cambiais.

Recentemente uma agência das Nações Unidas — United Nations Development Programme - UNDP — abordou a questão do desenvolvimento humano do ponto de vista da ausência de carências, através de um índice sintético, designado por Índice de Desenvolvimento Humano, construído a partir do PIB per capita transformado em poder de compra, da esperança de vida e do grau de alfabetização da população adulta, com ponderações idênticas para os três indicadores. A circunstância de,

---

-13-  
*Jose Guilherme Pereira*

no processo de cálculo, o valor máximo da capitação do poder de compra corresponder ao limite da pobreza dos nove países mais industrializados (4861 dolares dos Estados Unidos, valores de 1987) não é indiscutível, como também se pode discordar da não consideração da liberdade política ou do respeito pelos direitos humanos.

O cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi feito para 130 países com mais de um milhão de habitantes.

No quadro de 130 países caberia à Região Autónoma dos Açores a 45ª posição.

Ainda que a comparação de uma pequena região como a dos Açores com países cujas populações vão desde um milhão a outros com dezenas, centenas e mesmo mais de mil milhões de habitantes suscite, muitas reservas, não deixa de ser útil esta tentativa de quantificar, mesmo elementarmente, e de situar no quadro mundial o nível de desenvolvimento económico e social da Região.

As indicações disponíveis relativas à situação interna sugerem uma evolução geral positiva.

O volume de emprego, que entre 1986 e 1988 crescera a uma taxa média anual superior a 3%, teve uma variação positiva de pequena amplitude em 1989 em resultado de uma diminuição

*Jose Guilherme Reis Reis*

do emprego masculino e de um aumento mais pronunciado do emprego feminino. Como ocorreram diminuições da população total e em idade activa (15-64 anos), tanto a taxa de actividade como a de participação continuaram a subir, sendo de realçar que a taxa de participação feminina no mercado de trabalho atingiu já 37%.

Em 1989 inverteu-se a tendência decrescente da evolução do desemprego, que, de resto, se situava num nível próximo do de pleno emprego. As taxas de desemprego em sentido lato e em sentido restrito foram de 5 e 3,4%, respectivamente, valores muito próximos dos relativos a 1987.

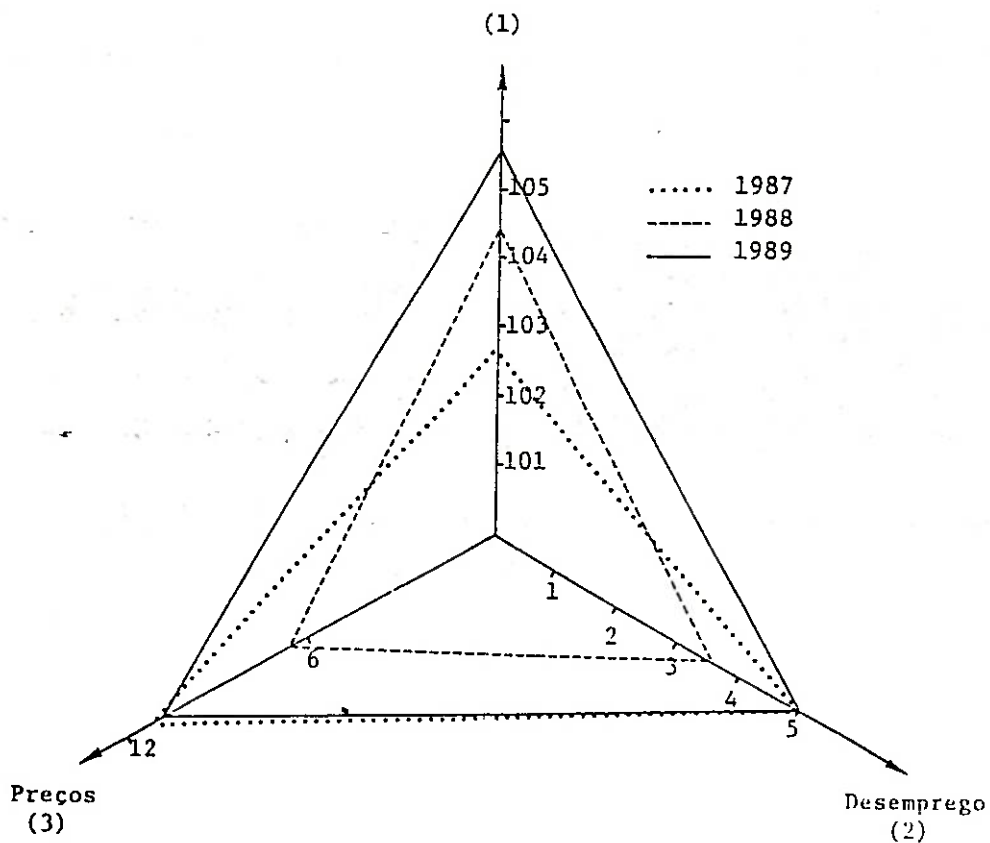
O ritmo de crescimento dos preços no ano de 1989, medido pelo Índice de Preços no Consumidor, foi marginalmente inferior ao do ano anterior, ainda que a tendência no segundo semestre fosse no sentido da subida. Esta mesma tendência prolongou-se e acentuou-se no ano corrente.

O nível de actividade económica, segundo a média dos índices compostos trimestrais de 1989, teve uma evolução crescente moderada, mais pronunciada nos dois primeiros trimestres que nos últimos.

---

A evolução dos três grandes indicadores de ordem geral antes mencionados teve a seguinte expressão gráfica ao longo do triénio 1987-1989:

### Actividade Económica



*Jose Guilherme Reis Reis*  
-16-

### 3 - OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO


A segunda metade de 1989 e todo o ano de 1990 ficaram marcados por alterações políticas da maior importância e amplitude, pelas suas implicações em múltiplos aspectos, e surpreendentes, nomeadamente pelo ritmo com que eclodiram e estão a evoluir.

As transformações político-económicas em curso no centro e no leste europeu e, mais recentemente, a perigosa situação militar na área do Golfo Pérsico – com grandes repercussões em todo o mundo – podem alterar e seguramente alterarão um enquadramento externo geral que até há pouco podia ser considerado, no imediato e no médio prazo, como estável e favorável para a Comunidade Europeia, a OCDE e, em regra, para a economia mundial. •

É sabido que a Comunidade Europeia apoiará a reconstrução económica de alguns países europeus, tarefa de tais

---



Jose Gualberto -17- 

dimensões que não é de excluir que mais tarde ou mais cedo seja afectada a função redistributiva dos fundos estruturais comunitários. A confirmar-se tal eventualidade o apoio ao desenvolvimento das regiões da Comunidade menos favorecidas, com destaque para as mais periféricas, poderia vir a ser prejudicado.

A nível nacional, o objectivo de contenção do défice orçamental e da inflação, sem prejudicar o investimento, irá traduzir-se numa política orçamental de grande rigor nos próximos anos, com o objectivo de aproximação acelerada aos padrões de uma Comunidade, ela própria em mutação muito rápida.

No plano regional, foi possível garantir o acesso a cofinanciamentos muito significativos de programas e projectos pelos fundos estruturais comunitários, estando a sua concretização dependente da capacidade de execução material durante os próximos anos. Esta, porém, envolve a disponibilidade de recursos financeiros, próprios ou transferidos, que têm sido e previsivelmente continuarão a ser insuficientes para fazer face à totalidade dos investimentos do Plano.

Tal constrangimento financeiro, que já influiu na execução do Plano para 1990, obrigou a uma nova e profunda reflexão sobre os objectivos de desenvolvimento a privilegiar e, mais concretamente, sobre o grau de prioridade a atribuir aos

---

*Jose Guillerme Alves*

diversos projectos e acções que, em princípio, deveriam ter execução em 1991/92.

Aos empreendimentos incluídos ou susceptíveis de inclusão em programas operacionais foi atribuída prioridade absoluta, tanto em razão do seu interesse objectivo, como da sua natureza "quase contratual", como ainda do cofinanciamento ser a fundo perdido.

Aos empreendimentos em curso de execução correspondeu idêntico grau de prioridade.

Quanto a novos empreendimentos houve que limitar o seu lançamento ao estritamente inadiável.

As limitações apontadas e, em especial, a fixação de prioridades têm implicações mais de ordem quantitativa que qualitativa, isto é, afectam e retardam sobretudo o ritmo de execução de alguns empreendimentos previstos no Plano de Médio Prazo, não alterando essencialmente os grandes objectivos de desenvolvimento inicialmente enunciados.

A circunstância de a maioria dos empreendimentos a executar ser de natureza infra-estrutural fará, porém, com que os

---

Jose Gu... -19- ...

sectores económicos sejam relativamente menos penalizados que os sectores sociais no processo de ajustamento que houve que efectuar. A crescente procura por parte do sector privado dos sistemas de incentivos financeiros a fundo perdido, fortemente apoiados pela Comunidade, certamente impulsionará o processo de desenvolvimento regional.

Assim, os grandes objectivos de desenvolvimento a prosseguir são:

- Dinamização do investimento privado

Esta linha de política visa, primariamente, a modernização do aparelho produtivo regional. Pretende-se que o crescimento da produção resulte, essencialmente, da actividade do sector privado, que continuará a ser incentivado no que respeita ao investimento produtivo por esquemas de apoio e beneficiará dos investimentos públicos feitos na área das infra-estruturas económicas básicas.

Ainda que a situação do emprego seja favorável e o mercado de trabalho esteja estabilizado, importa suscitar a criação de um número importante de postos de trabalho, por forma a manterem-se as condições básicas de equilíbrio da sociedade.

Sendo a produtividade do trabalho um elemento

---

Jose Guilherme Reis Luis.

essencial da competitividade interna e externa dos produtos regionais e tendo em vista minorar diferenças que subsistem face a padrões nacionais e comunitários, serão empreendidas acções conducentes ao aumento da produtividade média do factor trabalho.

**- Dotação de infra-estruturas económicas e aumento da sua eficácia**

A atenuação do isolamento dos Açores, por forma a possibilitar a intensificação das trocas com o exterior e no espaço regional, bem como o desenvolvimento do turismo, torna indispensável que prossiga o ciclo da implantação e apetrechamento das infra-estruturas económicas, com prioridade para as relativas à acessibilidade, como via para minorar as desvantagens características de uma região insular e periférica. A modernização das estruturas produtivas, a aposta decisiva nos sectores em que a economia regional apresenta maiores vantagens comparativas estáticas e potenciais e os condicionalismos insulares e demográficos aconselham que se prossiga uma política de rompimento do isolamento.

---

Jose Guilherme ~~21~~ *Antunes*

- Promoção da coesão social

O ajustamento e a modernização pretendidos, como todos os processos de transformação rápida, têm uma vertente social importante, requerendo medidas de acompanhamento e de apoio que minimizem os riscos de desequilíbrio social e evitem que o desenvolvimento fique confinado a determinados espaços e a certos estratos populacionais. Por isso o considerável esforço realizado na criação e desenvolvimento de mecanismos virados para as prestações e serviços sociais essenciais, área privilegiada de intervenção do sector público, será mantido, com realce para a Educação e o apoio a Autarquias Locais nos investimentos em saneamento básico.

- Valorização cultural e ligações às comunidades açorianas no exterior

O apoio e a valorização do património cultural açoriano, nas suas múltiplas vertentes, por constituírem factores de enriquecimento humano e de oferta turística, continuarão a constituir objectivo a prosseguir.

As relações estreitas com as numerosas comunidades açorianas no exterior contêm em si mesmas uma componente de inovação e de modernidade que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da Região, pelo que o seu fortalecimento

---

Jose Quintanilha -22- *Quintanilha*

continuará a ser encorajado.

- Promoção da qualidade de vida

A promoção da melhoria da qualidade de vida das populações é entendida como objectivo essencial para garantir o desenvolvimento harmónico e sustentado da Região no médio e longo prazos.

É neste sentido que o Governo tem desenvolvido e pretende aprofundar uma concertação das diferentes políticas sectoriais com destaque especial para as políticas de habitação, saúde, educação e ordenamento de forma a maximizar este objectivo.

O Governo tem consciência que a promoção da qualidade de vida é uma tarefa difícil e de longo prazo, sem grandes resultados no curto prazo, mas que é estrategicamente importante para garantir um futuro dignificante para os açorianos mais jovens.

O reforço da qualidade dos recursos humanos da Região, que são a riqueza maior que se dispõe só será uma realidade com o sucesso desta opção do plano. Dela depende o sucesso da iniciativa privada num mercado alargado e concorrencial.

---

Jose Guilherme -23- Luis

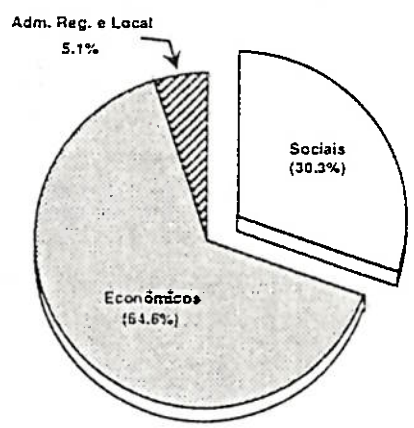
#### 4 - PROGRAMAÇÃO SECTORIAL

---

Jose Quintana -24- *[Signature]*

A dotação do presente Plano, num total de 32 785 mil contos, reparte-se pelos Sectores Sociais — 30,3 % (9 945 mil contos) e pelos Sectores Económicos — 64,6 % (21 170 mil contos), cabendo os restantes 5,1% (1 670 mil contos) ao Sector Administração Regional e Local.

Esta repartição por grandes grupos de Sectores é próxima do previsto no Plano de Médio Prazo para o ano de 1991.





Jose Guilherme Reis Reis  
-25-

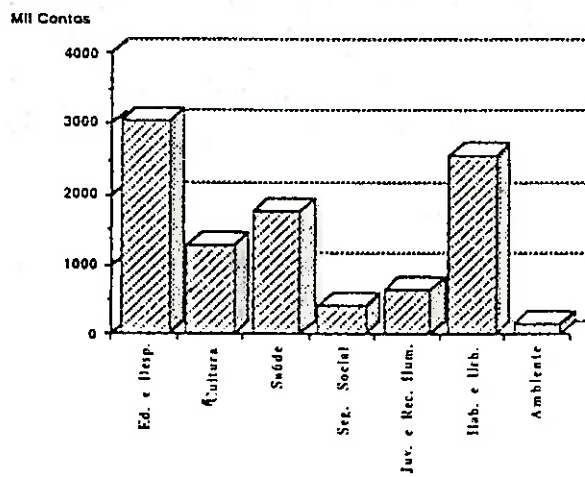
#### 4.1 - SECTORES SOCIAIS

---

*Jose Guilherme Reis, Sec.*  
-26-

Os Sectores Sociais com uma dotação de 9 945 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

— Educação e Desporto	—	3 050 mil contos
— Cultura	—	1 285 mil contos
— Saúde	—	1 780 mil contos
— Segurança Social	—	420 mil contos
— Juventude e Recursos Humanos	—	670 mil contos
— Habitação e Urbanismo	—	2 570 mil contos
— Ambiente	—	170 mil contos



*Jose Guilherme Reis* -27-

## EDUCAÇÃO E DESPORTO

### Linhas de Actuação:

Prosseguindo a linha de orientação enunciada no presente Plano de Médio Prazo, a Secretaria Regional da Educação e Cultura pretende, fundamentalmente, continuar a proporcionar o acesso generalizado à educação e, paralelamente, promover a melhoria qualitativa do sistema de ensino.

Para alcançar essas duas grandes metas, desenvolverá uma estratégia que possa responder adequadamente aos seguintes objectivos específicos:

- promover a expansão da rede da educação pré-escolar;
  - garantir o cumprimento do princípio da escolaridade obrigatória;
  - incentivar o acesso ao ensino superior e facilitar a sua frequência;
  - adoptar medidas tendentes à promoção do sucesso
-

*Jose Guilherme* -28- *Antes*

escolar;

- alargar e modernizar a rede de estruturas físicas;
- dotar o sistema de ensino com os meios humanos indispensáveis, em termos quantitativos e qualitativos;
- apoiar as variadas componentes da acção social escolar;
- incrementar a actividade desportiva e promover a construção das instalações necessárias à sua prática.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P1 - Construções escolares .....	2 130
P2 - Aquisição de equipamentos para estabelecimentos de ensino .....	270
P3 - Instalações e actividades desportivas .....	650
TOTAL .....	3 050

*Jose Guilherme - 29 -*

PROGRAMA Nº 1  
Construções Escolares

Conteúdo:

- Construção de 17 edifícios, com um total de 113 salas de aula, destinados ao funcionamento integrado da educação pré-escolar e do ensino primário, nas ilhas de S. Miguel (6 edifícios/59 salas de aula), Terceira (3/18), Graciosa (1/4), S. Jorge (2/4), Pico (1/4), Faial (3/18) e Corvo (1/6).
  - Relativamente aos ensinos preparatório e secundário, a programação aponta para a construção de 4 novas escolas (3 de tipologia ES e 1 de tipologia C+S) e para a ampliação de outras 5 já em actividade.
  - Para além destas acções, prevê-se também concluir as instalações desportivas de uma escola secundária, bem como as obras de grande reparação e remodelação em curso numa outra, ao que ainda acresce a execução da ampliação do pavilhão gimnodesportivo de uma escola preparatória.
-

Jose Gualter -30- *[Handwritten Signature]*

- No que respeita ao ensino superior, os empreendimentos a executar caracterizam-se pela construção de departamentos para ensino e investigação e também pela superação das carências de estruturas provocadas pelo incêndio de Junho de 1989 no Pólo Universitário de Ponta Delgada. De sublinhar que estão programadas instalações totalmente novas para os Departamentos de Ciências Agrárias (Angra do Heroísmo) e de Oceanografia e Pescas (Horta), nas quais está prevista a integração de zonas específicas para o funcionamento de polos do Centro Integrado de Formação de Professores.
- Acções de preservação e melhoramento do parque escolar dos ensinos primário, preparatório e secundário a executar quer mediante apoios financeiros a conceder aos Municípios, quer pela adjudicação de empreitadas ou realização directa de obras nos estabelecimentos de ensino.

Dotação.....

2 130 mil contos

-31-  
*Jose Quinto*

**PROGRAMA Nº 2**

**Aquisição de Equipamentos para Estabelecimentos de Ensino**

**Conteúdo:**

- Aquisição dos equipamentos indispensáveis ao processo pedagógico de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar ao superior, envolvendo material didáctico, mobiliário, maquinaria, equipamento científico e laboratorial e ainda material de transporte.

Dotação..... 270 mil contos

**PROGRAMA Nº 3**

**Instalações e Actividades Desportivas**

**Conteúdo:**

- Prosseguimento dos trabalhos em dois grandes projectos desportivos: a ampliação da zona desportiva de Ponta
-

Jose Quintanilha - 32 - *[Signature]*

Delgada e a implantação do parque desportivo de Angra do Heroísmo.

- Apoio às actividades curriculares e extra-curriculares das escolas, incentivos ao intercâmbio desportivo, apoios a atletas e a clubes e acções de formação de quadros.

Dotação..... 650 mil contos



Jose Guilherme Reis  
-33-

## CULTURA

### Linhas de Actuação:

Será dada continuidade aos princípios expressos no Plano de Médio Prazo vigente, pelo que se procurará satisfazer dois objectivos fundamentais: por um lado, defender, preservar e valorizar monumentos, imóveis, espaços ou núcleos urbanos com interesse arquitectónico, histórico ou cultural e, por outro lado, apoiar e incentivar as actividades de instituições culturais e científicas, bem como de sociedades e grupos culturais e recreativos.

No campo da cultura e no domínio da comunicação social escrita e audiovisual, a descontinuidade e a dimensão do mercado regional têm reflexos directos e imediatos nos custos sociais da actividade comunicativa.

Os apoios instituídos pelos normativos regionais derivam da adequação às novas exigências de formação e valorização profissional dos agentes de comunicação social, bem como da

---

*Jose Guilherme Reis*  
-34-

evolução tecnológica dos equipamentos utilizados na produção informativa.

Realce ainda para as alterações introduzidas pelo licenciamento de mais de uma dezena de novos operadores de radiodifusão, traduzidas já na aplicação de um sistema de incentivos financeiros e, na vigência do presente Plano, na criação de um regime de apoio supletivo à actividade de radiodifusão.

No âmbito do serviço público de televisão e radiodifusão mantem-se a preocupação de, em termos complementares à responsabilidade que neste domínio é cometida às empresas públicas RDP e RTP, contribuir para a universalização no espaço regional do acesso àqueles meios de comunicação audiovisual.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P4 - Animação e actividades culturais.....	85
P5 - Defesa e valorização do património cultural.....	1 070
P6 - Apoio aos media.....	130
<b>TOTAL.....</b>	<b>1 285</b>

*Jose Guilherme Pires*  
-35-

**PROGRAMA Nº4**  
**Animação e Actividades Culturais**

**Conteúdo:**

- Apoio às actividades de instituições culturais e científicas.
- Apoio às manifestações artísticas de indivíduos, de sociedades e de grupos culturais e recreativos.
- Realização de acções de formação diversificadas na área cultural.

**Dotação..... 85 mil contos**

**PROGRAMA Nº 5**  
**Defesa e Valorização do Património Cultural**

**Conteúdo:**

- Preservar e recuperar monumentos e imóveis com interesse cultural.

\_\_\_\_\_

*Jose Guadalupe...*

- Intervir na salvaguarda de núcleos urbanos com valor histórico e arquitectónico.
- Dar continuidade ao processo de montagem de casas de etnografia.
- Prosseguir os trabalhos de inventariação do património artístico e cultural.
- Continuar as acções de recuperação do património imobiliário danificado pelo sismo de 1980.

Dotação..... 1 070 mil contos

PROGRAMA Nº 6  
Apoio aos Media

Conteúdo:

O programa destina-se a apoiar a cobertura televisiva da Região, consolidação da macrocobertura radiofónica/microcoberturas, concessão de participações à comunicação social privada e formação e valorização profissionais, através da concessão de subsídios e bolsas.

Dotação..... 130 mil contos

---

*Jose Guilherme Reis, Lda.*

-37-

## SAÚDE

### Linhas de Actuação:

O objectivo genérico de prosseguir a organização gradual de um sistema de saúde adequado à Região e o seu funcionamento em condições satisfatórias depende das estruturas físicas existentes, dos meios humanos e dos meios técnicos disponíveis. Algumas das estruturas existentes já não dão resposta às necessidades, apesar das beneficiações e ampliações que foram feitas ao longo dos anos. Por essa razão há que investir na construção de novas unidades de saúde, nomeadamente o novo hospital de Ponta Delgada e os centros de saúde de Vila do Porto e de S. Roque do Pico, bem como na beneficiação e equipamento das actuais estruturas de saúde e no fomento da formação e da investigação dos profissionais do sector.

No quadro das actividades a empreender inscreve-se também a informatização dos serviços.

---

*Jose Guilherme Reis*

-38-

<b>Programas</b>	<b>1 000 contos Dotação</b>
P7 - Construção de unidades de saúde.....	991
P8 - Beneficiação e equipam. de unidades de saúde.....	654
P9 - Apoio à fixação de pessoal de saúde .....	40
P10 - Investigação, formação e informatização.....	95
<b>TOTAL.....</b>	<b>1 780</b>

**PROGRAMA Nº 7  
Construção de Unidades de Saúde**

**Conteúdo:**

Este programa consiste na compra de terrenos, na execução de projectos e na construção e aquisição de equipamento para novas estruturas de saúde.

Dotação..... 991 mil contos

*Jose Guilherme Pereira*

-39-

**PROGRAMA Nº 8**  
**Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde**

**Conteúdo:**

Beneficiação das actuais estruturas, bem como o seu apetrechamento.

Serão comparticipadas financeiramente as obras realizadas nas Casas de Saúde. Proceder-se-á à beneficiação e conservação de termas.

**Dotação..... 654 mil contos**

**PROGRAMA Nº 9**  
**Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde**

**Conteúdo:**

Este programa inclui a construção de residências para religiosas nas Velas e em Santa Cruz da Graciosa.

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

-40-

Dotação ..... 40 mil contos

**PROGRAMA Nº 10**

**Investigação, Formação e Informatização**

**Conteúdo:**

Apoio aos profissionais na área da investigação.

Formação profissional com o objectivo de actualizar e melhorar a qualidade de pessoal do sector, sendo concedidas bolsas de estudo e prestado apoio financeiro para o efeito.

Prosseguirá a implementação do Plano Director de Informática da Saúde.

Dotação..... 95 mil contos

---



*Jose Guilherme Reis Luis*

-41-

## SEGURANÇA SOCIAL

### Linhas de Actuação:

Conclusão de várias obras em curso para a infância, juventude e idosos, de modo a permitir a satisfação do bem comum, é um dos objectivos deste sector. Por isso é importante continuar a política de construção de infra-estruturas, pois através delas poderão ser minoradas as carências que ainda subsistem ao nível dos vários grupos etários.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P11 - Apoio a Instituições de Solidariedade Social .....	420
<b>TOTAL.....</b>	<b>420</b>

*Jose Guilherme Reis*

-42-

**PROGRAMA Nº 11**  
**Apoio a Instituições de Solidariedade Social**

**Conteúdo:**

Na área da Infância e Juventude prevê-se a elaboração de projectos para três creches e dois jardins de infância e a continuação de uma obra de remodelação de um lar feminino com especial importância numa zona de recolhimento e apoio a mães solteiras. Deverão ainda concluir-se as obras de duas creches e um jardim de infância e adquirir-se o respectivo equipamento.

Na área dos Idosos prevê-se o início das obras de dois lares, além da continuação da obra e remodelação de uma estrutura de apoio.

Dotação..... 420 mil contos

*Jose Guilherme Reis*

-43-

## JUVENTUDE E RECURSOS HUMANOS

### Linhas de Actuação:

A melhoria da produção e do emprego e o incremento da produtividade passam necessariamente pelo reforço do investimento na requalificação, aperfeiçoamento e reconversão dos recursos humanos já em actividade e pela formação profissional dos que, num futuro próximo, integrarão a população activa, nomeadamente os oriundos do sistema formal de ensino.

No sentido da prossecução deste objectivo, a política adoptada aponta para um alargamento das áreas formativas actualmente existentes e para a expansão das estruturas de formação profissional.

O desenvolvimento do esquema de formação/ /informação, permitindo uma maior igualdade de oportunidades, constitui igualmente uma das prioridades da política relativa aos recursos humanos.

---

*Jose Guadalupe Pires Lima*

-44-

A política a implementar será dirigida preferencialmente para os grupos e sectores considerados como mais vulneráveis, destacando-se os jovens e as mulheres, os quais aliam uma insuficiente preparação profissional a uma nula ou reduzida formação profissional de base.

A política de juventude consubstanciará como pressupostos básicos a coordenação e interligação sectorial das medidas a implementar a diferentes níveis: económico, social e cultural.

Esta política passa necessariamente pelo envolvimento activo dos próprios jovens, pelo que serão mantidos os mecanismos indispensáveis à participação desses mesmos jovens no processo de transformação que continuamente ocorre.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P14 - Apoio à juventude.....	314
P15 - Estruturas físicas.....	138,5
P16 - Formação profissional.....	217,5
<b>TOTAL.....</b>	<b>670</b>

*Jose Guilherme Reis Reis*

-45-

PROGRAMA Nº 14  
Apoio à Juventude

Conteúdo:

Uma das vertentes importantes da política de juventude traduz-se na aposta de criar condições para o aparecimento de novos empresários através do estímulo às iniciativas de jovens que tenham ideias válidas e sejam capazes de assumir a actividade empresarial e o risco que lhe está inerente. O PAJE tem como objectivo despertar nos jovens o espírito empreendedor e a vocação empresarial e o seu sucesso impõe uma segunda fase do projecto em 1991.

O apoio ao associativismo juvenil é uma aposta na participação dos jovens como um dos vectores mais importantes para garantir a coerência das políticas sectoriais e assegurar a construção de uma política global integrada. O apoio ao associativismo tem como objectivos:

- Apoio técnico e financeiro a associações;
- Motivar e consciencializar a capacidade de iniciativa local na criação de infra-estruturas com qualidade e condições operacionais necessárias ao desenvolvimento de actividades para jovens.

O projecto Pousadas da Juventude tem como objectivo a

Jose Guilherme Reis Reis

-46-

criação de infra-estruturas que facilitem o intercâmbio e mobilidade dos jovens.

O projecto Ocupação de Tempos Livres para Jovens visa proporcionar condições para que possam preencher os tempos livres dos jovens e promover o contacto destes com experiências em áreas profissionais que possam constituir oportunidade de orientação vocacional.

A situação bem específica dos jovens relativamente ao problema de habitação impõe um conjunto de medidas de política habitacional que contribuam significativamente para a resolução de algumas carências habitacionais da juventude.

Dotação..... 314 mil contos

PROGRAMA Nº 15  
Estruturas Físicas

**Conteúdo:**

Na área das estruturas físicas proceder-se-á à urbanização da zona envolvente do Centro de Formação Profissional dos Açores (CFPA) e será iniciada a construção de um novo edifício para a secção de hotelaria.

Prosseguirá o apetrechamento das áreas formativas já

*Jose Guilherme Reis*

-47-

existentes no CFPA, bem como será concluída a aquisição dos equipamentos para a secção do ramo alimentar.

Prosseguirá a política de adaptação das instalações dos Centros de Emprego aos novos conceitos de atendimento e prestação de serviço no âmbito dos mesmos, bem como a de introdução das novas tecnologias, designadamente a informatização, com vista à melhoria da qualidade de serviço prestado e resposta adequada às exigências em termos de estatísticas, nomeadamente conforme solicitações comunitárias.

Dotação..... 138,5 mil contos

PROGRAMA Nº 16  
Formação Profissional

Conteúdo:

As verbas inscritas neste programa correspondem à comparticipação pública das acções co-financiadas pelo Fundo Social Europeu e ao apoio directo a acções de formação profissional não participáveis por aquele Fundo.

As diversas acções de formação profissional serão levadas a efeito quer no CFPA quer fora dele.

Dotação..... 217,5 mil contos

---

*Jose Guilherme Pereira*

-48-

## HABITAÇÃO E URBANISMO

Linhas de Actuação:

### 1. HABITAÇÃO

O desenvolvimento da Região assenta em diversas premissas, das quais ressaltam a qualidade de vida, a dignificação da pessoa humana e a melhoria continuada do bem-estar social.

A habitação assume um papel relevante na prossecução destes objectivos. Contudo, existem dificuldades identificadas como sejam os elevados custos de construção e dos encargos resultantes do financiamento que dificultam o acesso, por parte dos cidadãos, à habitação própria.

Para responder a esta necessidade o Governo delineou um programa de apoio à construção ou aquisição de casa própria, reformulando os apoios anteriormente existentes com base na experiência recolhida durante a sua aplicação.

A nova política do Governo para a habitação assenta.

---



*Jose Guilherme Pereira*  
-49-

fundamentalmente, em três eixos.

Um primeiro eixo pretende dar resposta à aquisição de habitação própria. Nesse sentido, prepararam-se diversos diplomas que regulamentarão os apoios a conceder ao nível da auto-construção, construção a custos controlados e aquisição, preparação e cedência de solos infra-estruturados. Nesta área teve-se a preocupação de alargar o leque de cidadãos abrangidos e desburocratizar o sistema de concessão de apoios.

A recuperação do parque habitacional e o realojamento de populações em situação de extrema precaridade constitui o segundo eixo da política de habitação. Pretende-se maximizar o aproveitamento do parque habitacional apoiando também fogos já existentes e, por vezes, desabitados ou que não reúnem as condições e infra-estruturas necessárias.

Um terceiro eixo assenta na bonificação de juros relativos a empréstimos para a habitação. Foi desenvolvido um diploma que cria o Sistema de Apoio Financeiro à Habitação (SAFIN). Este sistema prevê a bonificação dos encargos do crédito obtido ou a obter junto das instituições de crédito para a construção ou aquisição de casa. Pretende-se aliviar os encargos das famílias que, no início de vida, têm as dificuldades normais resultantes da sua constituição ou ainda aquelas que têm o seu agregado em fase de crescimento e, por esse motivo, também sofrem as limitações

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

-50-

que tal situação impõe.

O Governo pretende com a política de habitação mobilizar as poupanças dos cidadãos para a aquisição de casa própria ao mesmo tempo que dinamiza o mercado da construção civil com os reflexos positivos daí resultantes na economia da Região.

O Governo privilegia as cooperativas pretendendo que elas sejam um meio eficaz de resposta no mercado da habitação.

## 2. ORDENAMENTO

O Ordenamento do Território, concebido como uma política global que seja a expressão espacial da política económica, social, cultural e ambiental, pretende conciliar e rentabilizar as características biofísicas do meio ambiente com as actividades socioeconómicas.

Os objectivos gerais desta política consistem na melhoria da qualidade de vida da população, no desenvolvimento socioeconómico equilibrado e sustentado da Região, na gestão responsável dos recursos naturais e protecção do meio ambiente e na utilização racional do território.

---

*Jose Guilherme Reis*

-51-

A política de ordenamento do território na Região conta com três tipos de instrumentos respeitantes a três níveis de intervenção.

A nível regional, o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA) será a expressão espacial da política de desenvolvimento da Região, assegurando o enquadramento das infra-estruturas, dos equipamentos e do desenvolvimento urbano no espaço regional permitindo, ainda em termos gerais e a nível regional, a gestão do ordenamento do território e a defesa do ambiente e recursos naturais.

A nível municipal, os Planos Directores Municipais (PDM's) serão planos de estratégia concelhios, contendo os programas de acção das Câmaras Municipais, tendo por base a caracterização e zonamento do seu território, fundamentando as propostas de desenvolvimento de cada sector de actividade de acordo com a evolução demográfica prevista e os objectivos regionais de desenvolvimento.

Ainda a nível municipal, constituem instrumentos de ordenamento os planos gerais de urbanização, os planos de pormenor e os planos de salvaguarda e valorização.

*João Gonçalves Pereira*

-52-

### 3. EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

A política de equipamentos colectivos assenta em duas premissas fundamentais: a melhoria e conservação do património da Região e o apoio a entidades privadas de interesse colectivo.

A melhoria do património da Região está, intimamente, ligada à criação de condições físicas para que a administração possa prestar um serviço público que satisfaça com qualidade as necessidades das populações.

O apoio a entidades privadas com interesse colectivo é essencial para dinamizar a actividade de instituições que contribuam de forma insubstituível para a formação e valorização da pessoa humana.

### 4. GESTÃO DE ÁGUAS

A política de gestão de águas dará resposta a uma preocupação cada vez mais sentida no que respeita à qualidade das águas.

Assim, desenvolver-se-ão estudos que permitirão, numa segunda fase, intervir na protecção dos recursos hídricos e na implantação de um programa adequado de gestão e exploração

---

*Jose Guilherme Reis Reis*  
-53-

desses recursos, garantindo a preservação da sua qualidade tendo em conta a dimensão dos consumos futuros e os possíveis efeitos do desenvolvimento de agentes poluentes.

Pretende-se, ainda, agir sobre os efeitos negativos ao nível do ecossistema provocados pela eutrofização das lagoas e da poluição das ribeiras.

Programas	1 000 contos Dotação
P17 - Apoio à habitação.....	1 900
P18 - Ordenamento urbanístico.....	110
P19 - Equipamentos colectivos .....	500
P20 - Gestão de águas.....	60
<b>TOTAL .....</b>	<b>2 570</b>

#### PROGRAMA Nº 17

#### Apoio à Habitação

#### Conteúdo:

O programa visa apoiar a construção de casa própria, a contenção do aumento dos custos da construção, a aquisição e infra-estruturação de solos, o realojamento de famílias deslocadas

*Jose Guadalupe...*

ou carenciadas de habitação, a ampliação e manutenção do parque habitacional público, o apoio à recuperação de habitação degradada e a reparações de causadas por calamidades e estragos.

Dotação..... 1 900 mil contos

**PROGRAMA Nº 18**  
**Ordenamento Urbanístico**

**Conteúdo:**

Plano de ordenamento do território, cartografia geral das ilhas e apoio aos municípios na realização de planos de urbanização e de salvaguarda de zonas de interesse histórico e turístico são as componentes do programa.

Dotação..... 110 mil contos

**PROGRAMA Nº 19**  
**Equipamentos Colectivos**

**Conteúdo:**

O programa visa a beneficiação, remodelação e ampliação de instalações de serviços públicos regionais e a

\_\_\_\_\_

*Jose Guilherme Pereira*

-55-

atribuição de apoios destinados a promover a melhoria das instalações das entidades particulares de interesse colectivo.

Dotação..... 500 mil contos

PROGRAMA Nº 20

Gestão de Águas

Conteúdo:

Controlo da eutrofização das lagoas, da erosão hídrica, elaboração do plano de gestão dos recursos hídricos e protecção das nascentes e captações, cobertura hidrometeorológica da Região são as componentes do programa.

Dotação..... 60 mil contos.

*Jose Guilherme Reis Reis*

-56-

## AMBIENTE

### Linhas de Actuação:

A política de ambiente é actualmente uma componente estrutural de desenvolvimento. As múltiplas inter-relações entre os aspectos naturais e os socioeconómicos e a sua complexidade tornam necessária uma visão sistemática do ambiente que possibilite a aplicação de critérios dinâmicos e globais acerca dos problemas existentes neste domínio.

É necessário conhecer melhor o estado e a evolução do ambiente. Para tal deverá dispor-se de informações quantitativas sobre as relações entre as actividades económicas e o ambiente e conceber modelos que permitam a melhor compreensão das mesmas e a avaliação dos desenvolvimentos possíveis.

As acções relativas ao ambiente devem nortear-se pela obrigatoriedade de uma acção preventiva, pela prioridade de correcção na fonte dos danos ambientais e pelo princípio do poluidor pagador.

---



*Jose Guilherme Pereira*  
-57-

	1 000 contos
Programas	Dotação
P21 - Preservação e melhoria do ambiente .....	170
<b>TOTAL .....</b>	<b>170</b>

**PROGRAMA Nº 21**  
**Preservação e Melhoria do Ambiente**

**Conteúdo:**

Constituem as principais acções a desenvolver no âmbito deste programa a implementação de uma política de intervenção nos domínios da defesa e conservação da natureza, a inventariação dos recursos naturais, a preservação da qualidade do ambiente, a avaliação e acompanhamento de acções de planeamento e ordenamento, a implementação de acções de divulgação e sensibilização da problemática ambiental e a investigação científica.

Dotação..... 170 mil contos

*Jose Guilherme Pereira*  
-58-

## EMIGRAÇÃO

### Linhas de Actuação:

A emigração é um fenómeno de grande relevância social que, internamente, afecta todos os sectores da vida açoriana e que, fora do espaço geográfico da Região, deu origem a comunidades que asseguram, no exterior, uma presença cultural, social e política que interessa aos Açores preservar, estimular e incentivar.

Por isso é necessário continuar a promover o reforço dos laços de cooperação cultural, económica e política com as comunidades açorianas espalhadas pelo Mundo.

Assim, de acordo com os objectivos do presente Plano de Médio Prazo, a actividade do Gabinete de Emigração e Apoio às Comunidades Açorianas em 1991 compreenderá:

- A execução de um programa de formação para jovens e responsáveis das Comunidades abrangendo acções destinadas a agentes de ensino.
-

*Jose Guilherme Pereira*

-59-

dirigentes associativos, animadores culturais e jovens estudantes;

- Aperfeiçoamento do programa de informação para as Comunidades, continuando a privilegiar os mais modernos meios de comunicação social;
- Incentivo da animação cultural nas Comunidades pelo apoio a iniciativas existentes de reconhecida qualidade e pela promoção de outras em áreas em que tal venha a revelar-se necessário;
- Promoção da realização de estudos e da edição de obras relacionadas com a problemática da emigração;
- Realização do III Congresso de Comunidades Açorianas.

A dotação deste sector está inscrita no orçamento de funcionamento.

---

Jose Guithman Ruiz  
-60-

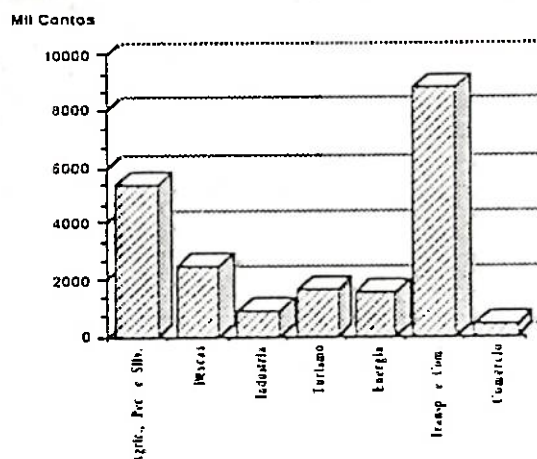
#### 4.2 - SECTORES ECONÓMICOS

---

*Jose Guilherme Reis*  
-61-

Os Sectores Económicos com uma dotação de 21 170 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

— Agricultura, Pecuária e Silvicultura	—	5 400 mil contos
— Pescas	—	2 500 mil contos
— Indústria	—	850 mil contos
— Turismo	—	1 680 mil contos
— Energia	—	1 570 mil contos
— Transportes e Comunicações	—	8 770 mil contos
— Comércio	—	400 mil contos



*Jose Guilherme Reis Reis*  
-62-

## AGRICULTURA, PECUÁRIA E SILVICULTURA

### Linhas de Actuação:

Em 1991 manter-se-ão os grandes objectivos de política agrícola que foram definidos no Plano de Médio Prazo.

Inicia-se a segunda etapa da adesão no sector que se irá prolongar até 1995.

A programação incide sobre o desenvolvimento agrícola, os recursos florestais e a transformação e comercialização dos produtos agrícolas.

Programas	1 000 contos Dotação
P22 - Desenvolvimento agrícola.....	4 400
P23 - Desenvolvimento, protecção e gestão dos recursos florestais .....	200
P24 - Transformação e comercialização dos produtos agrícolas ....	800
<b>TOTAL</b> .....	<b>5 400</b>

*Jose Quintana -63- Paulo Luis*

PROGRAMA Nº 22  
Desenvolvimento Agrícola

Conteúdo:

O programa reflecte o facto de durante o ano entrarem em execução e/ou serem incrementados alguns programas estruturais que visam reforçar as acções de modernização em curso na agricultura açoriana.

São objectivos de política o incremento das acções que visam sustentar os rendimentos dos agricultores, permitindo a melhoria das suas condições de vida.

No âmbito do apoio às organizações de produção, o Programa de Apoio ao Reforço das Organizações de Agricultores (PROAGRI) assumirá um cariz claramente estruturante, privilegiando as acções concebidas e orientadas para o reforço da capacidade interna e de gestão das organizações e, bem assim, as relacionadas com a prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores.

Na área da formação profissional prosseguirão as obras que visam dotar a Rêgião de diversos centros de formação profissional agrária, prevendo-se a realização de cursos para agricultores e técnicos em todas as ilhas do arquipélago.

---

*Jose Guilherme Pereira*  
-64-

Em ordem a melhorar a competitividade da agricultura açoriana e contribuir para a sua modernização, foi programado um conjunto de acções integradas, no âmbito da investigação e experimentação, que visam aplicar novas técnicas de produção, as quais, uma vez comprovadas, serão objecto de divulgação.

Existem diversos projectos em curso na área das forragens e bovinicultura cujo objectivo principal é contribuir para a melhoria da eficiência técnico-económica da bovinicultura de leite e de carne com base na produção pratense. Na área da horto-fruti-floricultura os projectos visam determinar o rendimento, comportamento vegetativo e resistência contra as doenças, precocidade e qualidade de algumas variedades de produtos agrícolas, frutícolas e florícolas, nomeadamente de culturas agro-industriais, fruticultura tradicional e sub-tropical e floricultura de corte e ornamental.

Prevê-se a continuação do programa de vulgarização agrária, do qual se salienta o programa televisivo "Divulgação Agrária", a realização de "dias de demonstração", de visitas guiadas aos campos de ensaio, a instalação de campos de demonstração nas propriedades dos agricultores e elaboração de folhetos divulgativos.

O apoio aos investimentos nas explorações agrícolas visa, na área da bovinicultura, a melhoria da qualidade e o

---



Jose Zumbado -65- *[Signature]*

aumento do rendimento do efectivo pecuário através do incremento da produção de alimentos provenientes das pastagens.

O desenvolvimento do sector pecuário passará também pelo controlo e profilaxia dos problemas de carácter sanitário.

Em relação às doenças infecto-contagiosas, o combate continuará a incidir na brucelose, tuberculose e leucose.

Continuarão a ser implementadas diversas acções no domínio da prospecção, diagnose e zonagem dos inimigos das culturas, caracterização bioecológica das principais pragas e agentes patogénicos que atacam as culturas.

Finalmente, no domínio das infra-estruturas, serão realizadas acções na rede de caminhos de acesso às explorações agro-silvo-pecuárias e, em cooperação com as Câmaras Municipais, serão efectuadas acções que permitam o abastecimento de água a explorações em S. Miguel e na Terceira.

Dotação..... 4 400 mil contos

---

*Jose Quintanilha* - 66 - *Reserva*

### PROGRAMA Nº 23

#### Desenvolvimento, Protecção e Gestão dos Recursos Florestais

##### Conteúdo:

Os projectos incluídos neste programa têm em vista a implementação e o desenvolvimento de diversas acções com o fim de materializar uma política florestal regional assente em dois vectores, o económico e o ambiental, os quais caracterizam e definem a conhecida dualidade da floresta e do meio florestal, no sentido da produção de bens de interesse económico e na prestação de diversos serviços de defesa, protecção e conservação do ambiente.

Na produção de bens de interesse económico, é de destacar a produção de material lenhoso, com diversas acções incidindo na colheita e obtenção de sementes e produção dos stocks de plantas necessários aos trabalhos de arborização (nos sectores público e privado), na condução cultural (limpezas e desbastes) dos povoamentos, no fomento florestal, no apoio e no controlo da exploração no sector privado.

Destacam-se ainda as acções que incidem na área da produção pecuária, através da instalação e reinstalação de pastagens, seu tratamento e conservação, construção de tanques bebedouros, acessos e vedações e ainda a instalação de cortinas

---

*Jose Guilherme Reis*  
-67-

de abrigo e de protecção.

A importância crescente dos aspectos ecológicos e de natureza ambiental, a par de diversas influências de natureza social, levam a considerar como não menos importantes as acções que incidem no fomento, ordenamento e gestão dos recursos cinegéticos e piscícolas, assim como na instalação, conservação e gestão das reservas florestais naturais e de recreio.

No âmbito do apoio aos sectores referidos destacam-se as acções que incidem nos estudos e trabalhos de experimentação florestal, na divulgação e na formação profissional.

Dotação..... 200 mil contos

#### PROGRAMA Nº 24

#### Transformação e Comercialização dos Produtos Agrícolas

#### Conteúdo:

A actividade prevista incide sobretudo na continuação das acções de modernização da estrutura regional de abate; algum apoio é previsto também para a racionalização dos circuitos de comercialização de gado vivo.

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

No sector da qualidade alimentar, para além da classificação de leite nas ilhas de S. Miguel e Terceira e o seu alargamento a S. Jorge, Pico e Faial, prevê-se o apoio a unidades industriais privadas com vista à melhoria da qualidade dos produtos e preparação técnica de funcionários qualificados.

No sector cooperativo leiteiro, especificamente, serão concedidos apoios financeiros para a modernização e reconversão das estruturas industriais.

Na área de mercados e intervenção reservam-se algumas verbas com o objectivo de regularização do mercado regional dos produtos agrícolas, através de operações de intervenção e programação dos produtos regionais, visando o seu escoamento.

Será criada uma nova acção destinada a suportar os encargos financeiros resultantes dos compromissos assumidos pelo Governo Regional no saneamento financeiro das uniões de cooperativas e das operações de intervenção no sector do leite na campanha de 1990.

Dotação..... 800 mil contos

---

*Jose Quintana* -69- *Quintana*

## PESCAS

### Linhas de Actuação:

O aproveitamento das potencialidades de crescimento deste sector, uma cuidada investigação e gestão dos recursos marinhos e a evolução favorável do peso do sector no contexto da economia regional, bem como dos rendimentos dos produtores, são as linhas mestras da política prosseguida e a prosseguir no que respeita às Pescas.

O lançamento a concurso da execução dos portos de pesca da Terceira e de São Miguel prevê-se que ocorra na vigência deste Plano, permitindo, assim, dotar a Região de infra-estruturas físicas capazes de responder positivamente a uma área de actividade económica fundamental para o seu desenvolvimento.

	1 000 contos
Programa	Dotação
P25 - Desenvolvimento das pescas.....	2 500
<b>TOTAL</b> .....	<b>2 500</b>

*Jose Quintanilha - 70 - Paulo Luis*

PROGRAMA Nº 25  
Desenvolvimento das Pescas

Conteúdo:

O programa, constituído por três projectos interdependentes e articulados entre si, prevê intervenções nas seguintes grandes áreas:

- Recursos marinhos
- Recursos humanos
- Meios de extracção
- Estruturas de apoio portuário
- Estruturas de primeira venda
- Estruturas de transformação
- Estruturas de comercialização

A conjugação destas intervenções, nas quais se deve destacar uma grande componente de apoios ao investimento do sector privado, criará condições para a valorização e aumento da competitividade da produção regional, o incremento e diversificação das capturas e o reforço da capacidade regional em matéria de formação de profissionais do sector e de investigação, gestão e conservação dos recursos marinhos.

Dotação..... 2 500 mil contos

*Jose Guilherme Reis*

## INDÚSTRIA

### Linhas de Actuação:

Considera-se que o sector da indústria transformadora, mesmo com exclusão das indústrias alimentares, pode desempenhar um papel importante na diversificação do tecido industrial e na realização do objectivo de criação de emprego.

A política a prosseguir assentará no princípio de que a iniciativa privada é o motor de desenvolvimento, cabendo aos poderes públicos o papel de incentivador e de enquadramento favorável à sua dinamização, eliminando estrangulamentos e atenuando insuficiências. Procurar-se-á fomentar o investimento industrial e valorizar os recursos humanos e naturais. A modernização e desenvolvimento do tecido industrial, através da melhoria da produtividade e qualidade dos produtos, será outro dos eixos fundamentais da política sectorial. Paralelamente, serão desenvolvidas acções conducentes ao aparecimento de novas actividades e produções, potenciando sinergeticamente a actual estrutura produtiva e visando complementarmente a sua

---

*Jose Guilherme Reis*  
-72-

diversificação.

Programas	1 000 contos Dotação
P26 - Incentivos ao investimento produtivo.....	690
P27 - Melhoria da competitividade e qualidade .....	110
P28 - Fomento do artesanato.....	50
<b>TOTAL.....</b>	<b>850</b>

PROGRAMA Nº 26  
Incentivos ao Investimento Produtivo

Conteúdo:

O programa visa estimular o investimento industrial, através de:

- Continuação da execução de programas comunitários— Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) e Sistema de Incentivos do PEDIP (SINPEDIP) — e de sistemas de âmbito regional — Sistema de Incentivos Financeiros (SIF) e Apoio a Indústrias Essenciais em Ilhas Carecidas —



*Jose Guilherme Pinheiro*  
-73-

sendo concedidos incentivos financeiros directos a projectos de investimento, visando a criação de novas empresas e a expansão das existentes, em consonância com as metas de modernização e inovação tecnológica da indústria e a criação e manutenção de empregos;

- Apoio à construção de parques e zonas destinadas ao exercício de actividades industriais, possibilitando, por um lado, minorar custos iniciais de instalação e, por outro lado, contribuir para um melhor ordenamento do território;
- Captação e motivação de investidores nacionais e estrangeiros, sensibilizando-os para a promoção de projectos de investimento na Região.

Dotação..... 690 mil contos

PROGRAMA Nº 27

Melhoria da Competitividade e Qualidade

Conteúdo:

Melhoria da competitividade e qualidade na indústria,  
através de:

---

-74-  
*Jose Guilherme Pereira*

- Apoio à construção da infra-estrutura tecnológica do INOVA;
- Aperfeiçoamento tecnológico da produção;
- Introdução de sistemas integrados de qualidade;
- Formação especializada nas áreas de gestão, marketing, tecnologia e organização industrial;
- Desenvolvimento e reestruturação de empresas e sectores.

Dotação..... 110 mil contos

PROGRAMA Nº 28  
Fomento do Artesanato

**Conteúdo:**

Apoio ao desenvolvimento das actividades artesanais, na preservação do genuíno, no avanço tecnológico (inovação) e na divulgação de aspectos culturais próprios, procurando lateralmente criar e manter postos de trabalho em áreas essencialmente rurais.

Dotação..... 50 mil contos

---

*Jose Guilherme Pereira*

-75-

## TURISMO

### Linhas de Actuação:

O crescimento e desenvolvimento do sector do turismo conduziu à sua integração no núcleo das principais actividades económicas, contribuindo, desta forma, quer para a diversificação e dinamização da economia regional, quer para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

A evolução do sector apresenta uma tendência favorável, não só pelo aumento da capacidade de oferta e sua diversificação, mas também pelo aumento da procura, caracterizada ainda por uma acentuada sazonalidade, não obstante os sinais de abrandamento que começa a evidenciar.

Em consequência, a programação para 1991 orienta-se no sentido do crescimento e diversificação da oferta turística, em termos quantitativos e qualitativos, visando a concepção e organização de produtos turísticos temáticos, potencialmente geradores de procuras especializadas e susceptíveis de promoverem o objectivo da atenuação da sazonalidade, bem como

---

Jose Guilherme Reis Reis  
-76-

do aumento da estada e gasto médios dos turistas que visitam a Região.

O desenvolvimento esperado obedece a pressupostos de protecção e valorização do património natural e construído, assim como a difusão do produto turístico segundo critérios de avaliação das formas e seus segmentos, qualitativamente mais interessantes perante a oferta existente e potencial.

Programas	1 000 contos Dotação
P29 - Apoio à actividade turística.....	1 280
P30 - Divulgação, promoção e animação turística.....	400
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 680</b>

PROGRAMA Nº 29  
Apoio à Actividade Turística

Conteúdo:

O programa visa o apoio à iniciativa privada conjugado com iniciativas de carácter público, tendo em vista a criação, ordenamento e enriquecimento da oferta turística e a valorização

*Jose Guilherme Reis*  
-77-

dos recursos turísticos naturais e culturais existentes na Região.

Dotação..... 1 280 mil contos

PROGRAMA Nº 30

Divulgação, Promoção e Animação Turística

Conteúdo:

Neste programa estão englobados projectos de divulgação e promoção dos Açores como destino turístico, através de acções directas junto dos potenciais mercados emissores, quer nacionais, quer estrangeiros, sendo ainda apoiadas manifestações de carácter desportivo, recreativo e cultural que visem a dinamização e diversificação da animação turística.

Dotação..... 400 mil contos

---

## ENERGIA

### Linhas de Actuação:

A intervenção no sector, adaptada à conjuntura actual nas vertentes financeira e do mercado petrolífero, terá em conta os objectivos de política energética do presente Plano de Médio Prazo, que se passam a enunciar:

- aumentar a eficiência do consumo de energia em todos os sectores de utilização, na conversão e na produção;
  - diversificar as fontes de energia primária, visando uma maior protecção contra rupturas no aprovisionamento e flutuações conjunturais de preços, nomeadamente através do aproveitamento dos recursos energéticos locais, tendo em conta a economia global do sector e o impacto ambiental;
  - aproximar dos padrões europeus a qualidade da electricidade vendida;
-

*Jose Guilherme* -79- *Antunes*

- preparar o sector para o Mercado Único Europeu e o Mercado Interno da Energia.

Como principais vectores de actuação destacam-se os seguintes:

- a abordagem global a partir da concretização de um Plano Energético Regional, entendido como um instrumento dinâmico, em actualização permanente, que dá coerência à intervenção pública no sector;
- os preços das diferentes formas de energia;
- a informação, a juzante e a montante da actuação governamental.

Para o efeito, o Governo privilegia a utilização dos seguintes instrumentos: incentivos financeiros; sistema de preços; regulamentação e normalização; EDA - E.P..

	1 000 contos
Programa	Dotação
P31 - Apoio ao sector energético .....	1 570
<b>TOTAL .....</b>	<b>1 570</b>

*Jose Zumbado -80- Luis Cruz*

PROGRAMA Nº 31  
Apoio ao Sector Energético

**Conteúdo:**

A execução deste programa tem em vista a criação de condições para serem atingidos os objectivos propostos, destacando-se quatro grandes áreas:

— Apoio à EDA, EP e electrificações diversas

O apoio financeiro à EDA, EP tem por objectivo principal garantir que os preços de venda da electricidade sejam compatíveis com os objectivos de desenvolvimento económico e social da Região. Este objectivo, no entanto, tem que ser compatibilizado com as disponibilidades financeiras, ponderadas as implicações de uma gestão eficiente da empresa.

Por outro lado, é principalmente através desta empresa que são executados os projectos no âmbito do subsector da electricidade que visam o aproveitamento dos recursos energéticos endógenos.

Será também directamente apoiada a execução de pequenos projectos, a executar pela EDA, pelas autarquias ou por outras entidades, visando, em particular, a melhoria da qualidade do serviço.

---



— Apoio à Federação dos Municípios da Ilha das Flores  
e Câmara Municipal do Corvo

Os objectivos deste apoio são idênticos aos indicados no apoio à EDA, EP. Destaca-se a preparação do lançamento de um projecto hidroeléctrico nas Flores e de um projecto eólico no Corvo. Estes projectos, cuja inclusão no Programa REGIS foi proposta, muito dificilmente serão realizados se não obtiverem aquele apoio comunitário. Prevê-se que o eventual apoio seja canalizado directamente para aquelas entidades, as quais terão ainda que suportar uma parte do investimento, quer através de recursos próprios quer de empréstimos.

— Estudos e formação

Incluem-se aqui acções a executar directamente pela Direcção Regional de Energia, com ou sem apoio de consultores externos, e também o apoio financeiro a projectos da iniciativa de outras entidades, mas com interesse para o sector.

São de destacar neste âmbito: a conclusão da primeira parte e preparação de estudos sectoriais visando a elaboração do Plano Energético da Região Autónoma dos Açores, com financiamento VALOREN; preparação e início de realização de um segundo lote de auditorias energéticas, tencionando-se diligenciar no sentido da obtenção de financiamento VALOREN; a conclusão do estudo técnico-económico sobre a utilização dos recursos

---

hídricos na ilha das Flores, com financiamento do VALOREN; tratamento de poços geotérmicos por inibidores químicos; campanha de sensibilização para a utilização racional de energia, a iniciar em 1990 com financiamento VALOREN; acções de formação, especialmente nas áreas de condutores de caldeira e condução económica de veículos pesados; acções de demonstração das técnicas de contabilidade energética; sensibilização geral para os problemas energéticos através da realização de seminários, colóquios, etc..

— Apoio à utilização racional de energia

Os apoios a conceder nesta área dependem das solicitações de empresas, de particulares e de outras instituições. Enquadram estes apoios o SIURE—Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia, a Portaria 57/89 e o VALOREN.

Pode ainda adiantar-se que no âmbito das auditorias energéticas realizadas em 1990 foram detectadas oportunidades de investimento num total de cerca de 100 mil contos, excluindo possíveis projectos de geração combinada de vapor e de electricidade.

Dotação..... 1 570 mil contos

---

Jose Gual... -83- ...

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### Linhas de Actuação:

Os programas do Plano para 1991 contemplam projectos que cobrem as áreas de transportes e comunicações nas suas diversas vertentes: infra-estruturas físicas, organização e apoio a agentes económicos.

Prosseguirá a política de expansão e melhoria da eficácia das infra-estruturas rodoviárias, através da construção e reabilitação de diversos troços da rede viária regional, visando o descongestionamento dos principais centros urbanos e uma maior fluidez do tráfego. Serão ainda apoiados os operadores privados e públicos.

No âmbito das infra-estruturas marítimas proceder-se-á à realização de obras de construção, ampliação, remodelação e equipamento em portos comerciais, algumas das quais têm co-financiamento comunitário, sendo também apoiadas empresas que operam no tráfego inter-ilhas. Acções de protecção da orla marítima

---

*Jose Quintana - 84 -*

fecham o leque de intervenções no domínio do transporte marítimo.

Para o transporte aéreo serão desenvolvidas acções de beneficiação na rede de aeroportos regionais, sendo igualmente concedido apoio financeiro à transportadora aérea regional.

No que concerne às comunicações, continuarão a ser apoiadas acções no domínio dos serviços avançados de telecomunicações, através do sistema de incentivos com participação comunitária.

	1 000 contos
Programas	Dotação
P32 - Rede viária regional .....	4 400
P33 - Circulação urbana .....	40
P34 - Programa-portuário .....	3 000
P35 - Programa aeroportuário .....	450
P36 - Apoio ao transporte .....	850
P37 - Prom., est., form. prof. e sist. avan. telecomunicações.....	30
<b>TOTAL .....</b>	<b>8 770</b>

*Jose Guilherme Pereira*  
-85-

PROGRAMA N º 32  
Rede Viária Regional

**Conteúdo:**

A rede viária regional, como principal suporte da mobilidade de pessoas e bens dentro de cada ilha, constitui um instrumento importante na organização do espaço.

O desenvolvimento das ligações entre os centros urbanos, a ligação dos pólos de desenvolvimento às infra-estruturas de transportes marítimos e aéreos e a melhoria da rede viária com interesse para o turismo constituem as áreas privilegiadas de intervenção da política de vias de comunicação terrestre.

Pretende-se com esta intervenção eliminar bloqueios ao desenvolvimento, enriquecer os factores de localização para actividades económicas em zonas com menor intensidade de ocupação do espaço reduzindo os custos de transporte e melhorando a acessibilidade, potenciando, assim, as suas capacidades de desenvolvimento.

Dotação..... 4 400 mil contos

\_\_\_\_\_

*Jose Quintana* -86-

**PROGRAMA Nº 33**  
**Circulação Urbana**

**Conteúdo:**

A construção de central de camionagem em S. Miguel e de parques de estacionamento em S. Miguel, na Terceira e no Faial são as obras contempladas por este programa, visando o descongestionamento daqueles centros populacionais e a facilitação da circulação urbana.

Dotação..... 40 mil contos

**PROGRAMA Nº 34**  
**Programa Portuário**

**Conteúdo:**

O programa contempla obras de construção nos diversos portos comerciais, com realce para os portos da Praia da Vitória (prevê-se que no decurso deste Plano se proceda à adjudicação do respectivo porto de pescas), das Flores e Corvo, de Ponta Delgada e das Velas, todos com co-financiamento comunitário através do PEDRAA, e ainda da Horta, do Pico e de Vila do Porto.

---

*Jose Guilherme Reis Luis*  
-87-

Está também reservada uma verba para equipamento das infra-estruturas portuárias, bem como para a protecção da orla marítima, devendo esta última acção ter participação comunitária, obtida pelo Programa ENVIREG.

Dotação..... 3 000 mil contos

**PROGRAMA Nº 35**  
**Programa Aeroportuário**

**Conteúdo:**

Obras de construção e melhoramentos nos diversos aeroportos, destacando-se as obras a realizar nos aeroportos das Flores, Lajes, na Terceira, e de Ponta Delgada e ainda acções nos restantes aeródromos, prevendo-se também intervenções no âmbito da segurança e ajuda à navegação aérea.

Dotação..... 450 mil contos

---

*Jose Guilherme Reis* -88-

**PROGRAMA Nº 36**  
**Apoio ao Transporte**

**Conteúdo:**

Apoios de diversa ordem, financeira e outras, ao transporte terrestre, nomeadamente na renovação de frotas do transporte rodoviário e transporte público de passageiros, apoio à exploração do transporte marítimo e aéreo, tendo em vista a expansão e melhoria dos sistemas de transporte implantados na Região.

Dotação ..... 850 mil contos

**PROGRAMA Nº 37**  
**Promoção, Estudos, Formação e Sistemas**  
**Avançados de Telecomunicações**

**Conteúdo:**

Realização de diversas acções de ordem geral, estando incluída neste programa a concessão de apoios financeiros a empresas ao abrigo do SISAT - Sistema de Incentivos a Sistemas Avançados de Telecomunicações.

Dotação..... 30 mil contos

---



*Jose Guilherme Reis*  
-89-

## COMÉRCIO

### Linhas de Actuação:

O apoio à actividade comercial tem-se traduzido na construção de infra-estruturas e em apoios financeiros visando a modernização do sector. O apoio a novos projectos no âmbito da modernização no quadro do Sistema de Incentivos de Modernização do Comércio — SIMC, a aprovar brevemente, permitirá o desenvolvimento e modernização do sector.

	1 000 contos
Programa	Dotação
P38 - Apoio à actividade comercial.....	400
<b>TOTAL .....</b>	<b>400</b>

*Jose G. ...* *P. ...*  
-90-

**PROGRAMA Nº 38**  
**Apoio à Actividade Comercial**

**Conteúdo:**

A par da continuação e do incremento dos apoios à modernização do comércio, agora também com financiamentos comunitários, impõe-se continuar os programas de apoios financeiros à promoção dos produtos açorianos no exterior, bem como reforçar os investimentos em infra-estruturas de apoio ao Comércio -- mercados abastecedores de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo e parques de armazéns para o comércio.

**Dotação..... 400 mil contos**

---

*José Gualter -91- Presidente*

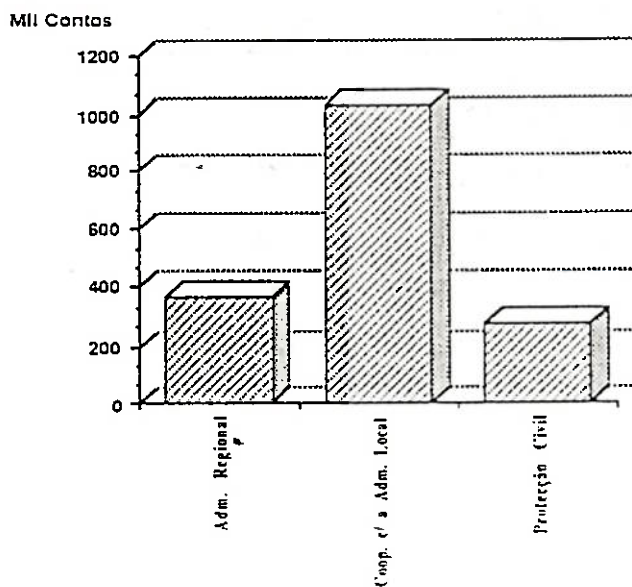
#### 4.3 - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL

---

*Jose Guilherme Reis*  
-92-

Os Sectores Administração Regional e Local, com uma dotação de 1 670 mil contos, compreendem programas que se agrupam pelas seguintes áreas:

— Administração Regional	—	365 mil contos
— Cooperação com a Administ. Local	—	1 034 mil contos
— Protecção Civil	—	271 mil contos



*Jose Gualberto -93- Pires Lima*

## ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

### Linhas de Actuação:

O investimento programado visa:

- Modernizar e desburocratizar a Administração Regional através de uma política flexível e eficaz de gestão de recursos humanos que passe pela motivação, valorizando-se o mérito e o empenhamento do pessoal e a melhoria da sua preparação profissional e evitando-se um crescimento exagerado do peso da administração;
  - Pôr a Administração efectivamente ao serviço dos cidadãos, simplificando-se procedimentos administrativos e utilizando-se as novas tecnologias para compensar a descontinuidade geográfica da Região, contribuindo-se, assim, para o aumento da produtividade dos serviços;
  - Tornar a Administração mais transparente, por forma
-

-94-  
*Jose Guilherme Reis Reis*

a que os abusos que ocorram sejam de imediato detectados e eliminados;

- Promover estudos e formação especializada em áreas ligadas à produção estatística, ao planeamento e ao acompanhamento da execução de programas e projectos públicos, com destaque para os apoiados pela Comunidade Económica Europeia.

Programas	1 000 contos Dotação
P39 - Modernização administrativa.....	141
P40 - Apoio a serviços sociais do funcionalismo .....	4
P41 - Estudos, formação e acompanhamento ( áreas das Finanças, Planeamento e Estatística ) .....	220
TOTAL .....	365

**PROGRAMA Nº 39**  
**Modernização Administrativa**

**Conteúdo:**

- Desenvolvimento do programa de formação da Administração Regional e Local;

---

*Jose Guilherme* -95- *Chaves*

- Desenvolvimento e actualização do ficheiro central de pessoal;
- Desenvolvimento de acções de recrutamento e selecção de pessoal;
- Intervenções organizacionais;
- Estudos na área da modernização e de aproximação Administração-Cidadão e implementação de medidas concretas;
- Implantação e entrada em funcionamento da Rede de Comunicações da Administração Regional Autónoma (Projecto RECARA).

Dotação..... 141 mil contos

**PROGRAMA Nº 40**

**Apoio aos Serviços Sociais do Funcionalismo**

**Conteúdo:**

- Início da construção de uma creche em Ponta Delgada;
-

*Jose Guilherme - 96 -*

— Ampliação das instalações dos Serviços Sociais da Ilha Terceira;

— Apoio à criação de novos Serviços Sociais.

Dotação..... 4 mil contos

**PROGRAMA Nº 41**

**Estudos, Formação e Acompanhamento  
(Áreas de Finanças, Planeamento e Estatística )**

**Conteúdo:**

Estudos e formação nas áreas da gestão integrada, planeamento e estatística, bem como acções de acompanhamento da execução do Plano, de programas operacionais e de projectos com financiamento comunitário. Destaca-se, ainda, o apoio a conceder à actuação dos Agentes de Dinamização Económica (3), por intermédio da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores.

Dotação..... 220 mil contos



Jose Guilherme -97- *[Handwritten Signature]*


## COOPERAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

### Linhas de Actuação:

A cooperação da administração regional com a administração local perspectiva-se segundo dois vectores de actuação: um de ordem geral e outro com objectivos mais específicos. O primeiro centra-se na concepção e definição participada das linhas gerais de orientação. O segundo, decorrente do anterior, traduz-se na atribuição de importantes apoios financeiros e técnicos a investimentos municipais e à gestão das autarquias.

No apoio técnico, destacam-se, para além da formação dos eleitos locais e dos funcionários autárquicos, duas novas áreas de apoio: o ordenamento do território e a informatização dos municípios. No que respeita ao ordenamento, existe a obrigatoriedade legal dos municípios concluírem os seus planos até final de 1991; daí a elevada prioridade deste subprojecto. Quanto à informatização (projecto PIMA), pretende-se reforçar a componente dirigida à formação, bem como apoiar, ainda que

---

Jose Guimaraes -98- 

parcelarmente, a aquisição de hardware e de software. Na cooperação financeira, pretende-se continuar a apoiar as áreas do abastecimento de água e esgotos, onde os investimentos atingem custos inoportáveis para as receitas que normalmente cabem aos municípios por força da Lei 1/87, de 6 de Janeiro.

Assim, o abastecimento de água e esgotos volta a ter a maior prioridade sectorial, absorvendo 80% da dotação global do sector. De referir que os apoios acumulados da Administração Regional nesta área ultrapassam os 3,5 milhões de contos (desde 1981), dos quais, 450 000 contos se destinaram a bonificar juros de empréstimos municipais no valor total de 712 000 contos. Estes apoios, juntamente com as participações do FEDER, permitiram aos municípios realizar, no período 1981-90, um investimento que deverá ultrapassar os 9 milhões de contos na área do saneamento básico (águas e esgotos).

Contudo, apesar de se verificar, actualmente, uma cobertura quase total dos concelhos da Região por redes de abastecimento de água, há necessidade de renovar grande parte das redes existentes (cerca de 40%) já bastante envelhecidas.

Constitui também prioridade apoiar os projectos co-financiados pelo programa operacional PEDRAA, que tem evidente pertinência no processo de desenvolvimento regional.

Por outro lado, a partir de 1991, prevê-se o alargamento

---

*Jose Guilherme Reis Alves*  
-99-

da cooperação financeira a outras áreas, na sequência da entrada em vigor do Decreto Legislativo Regional 2/90/A, de 18 de Janeiro. Pretende-se, assim, apoiar os municípios na recolha e tratamento de lixos, bem como na realização de obras da rede viária, concretizando-se o apoio a estas obras através da bonificação de juros, o que permitirá aos municípios efectuarem investimentos na ordem dos 200 000 contos. De referir que a rede viária costuma ter um peso significativo no investimento municipal (30% em 1988 e 17% em 1989).

No que respeita à cooperação financeira com as freguesias, prosseguir-se-á a política seguida em anos anteriores de apoiar a aquisição de mobiliário e equipamento de modo a reforçar a capacidade operativa destes órgãos do poder local.

	1 000 contos
Programa	Dotação
P42 - Cooperação técnico-financeira com a Administração Local	1 034
<b>TOTAL</b> .....	<b>1 034</b>

*Jose Guadalupe Pires*  
-100-

PROGRAMA Nº 42

Cooperação Técnico-Financeira com a Administração Local

Conteúdo:

Cooperação financeira directa e indirecta com vista a obras de abastecimento de água e esgotos, recolha e tratamento de lixo, rede viária e equipamentos para autarquias. Apoio técnico à gestão municipal, ao ordenamento do território e recenseamento eleitoral.

Dotação..... 1 034 mil contos

---

*Jose Guilherme Reis* -101- *Reis*

## PROTECÇÃO CIVIL

### Linhas de Actuação:

Constitui objectivo principal organizar e responsabilizar estruturas para executar e coordenar as acções de prevenção e socorro em cada uma das entidades que integram o Sistema Regional de Protecção Civil, designadamente nos aspectos de regulamentação, instrução, informação e educação públicas, ligação e comando.

Simultaneamente, mantém-se o objectivo de completar a cobertura da Região com uma estrutura de apoio ao Serviço Regional de Protecção Civil, através da criação e instalação de pelo menos uma corporação de bombeiros por ilha, por forma que por cada 20 000 habitantes ou num raio de actuação de 15 Kms exista um quartel de bombeiros.

---

*Jose Gualter-102- Paulo Luis*

	1000 contos
Programa	Dotação
P43 - Protecção Civil .....	271
<b>TOTAL</b> .....	<b>271</b>

**PROGRAMA Nº 43**

**Protecção Civil**

**Conteúdo:**

O programa contempla a execução de projectos de infra-estruturas básicas, de equipamento, de diversos estudos científicos na área de prevenção e de formação profissional.

**Dotação**..... 271 mil contos

*Jose G. L. -103- P. L.*

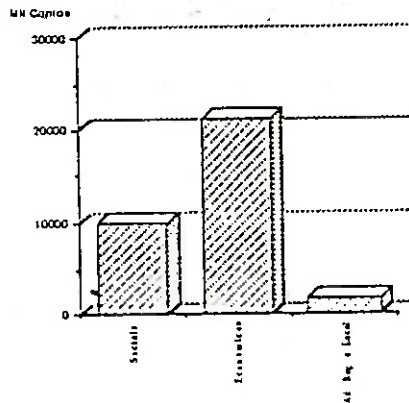
**5 - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA**

---

*Jose Quinto - 104 - Presidente*

PLANO / 91 - SECTORES (RESUMO)

1000 Contos		
SECTORES	DOTAÇÃO	% Total
<b>SOCIAIS.....</b>	<b>9 945,0</b>	<b>30,33</b>
Educação e Desporto .....	3 050,0	9,30
Cultura .....	1 285,0	3,92
Saúde .....	1 780,0	5,43
Segurança Social .....	420,0	1,28
Juventude e Recursos Humanos .....	670,0	2,04
Habituação e Urbanismo .....	2 570,0	7,84
Ambiente .....	170,0	0,52
<b>ECONÓMICOS.....</b>	<b>21 170,0</b>	<b>64,57</b>
Agric., Pecuária e Silvicultura .....	5 400,0	16,47
Pescas .....	2 500,0	7,63
Indústria .....	850,0	2,59
Turismo .....	1 680,0	5,12
Energia .....	1 570,0	4,79
Transportes e Comunicações .....	8 770,0	26,75
Comércio .....	400,0	1,22
<b>ADM. REGIONAL E LOCAL.....</b>	<b>1 670,0</b>	<b>5,09</b>
Administração Regional e Local .....	365,0	1,11
Cooperação com a Administração Local.....	1 034,0	3,15
Protecção Civil .....	271,0	0,83
<b>TOTAL .....</b>	<b>32 785,0</b>	<b>100,0</b>





*Jose Guilherme Reis* -105-

**PLANO / 91 - SECTORES / PROGRAMAS**

1 000 Contos

SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
<b>SOCIAIS .....</b>			<b>9 945,0</b>	<b>30,33</b>
<b>EDUCAÇÃO E DESPORTO</b>			<b>3 050,0</b>	<b>9,30</b>
P1	Construções Escolares.....	SREC/SRHOP	2 130,0	6,50
P2	Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino...	SREC/SREC	270,0	0,82
P3	Instalações e Actividades Desportivas.....	SREC/SREC	650,0	1,98
<b>CULTURA</b>			<b>1 285,0</b>	<b>3,92</b>
P4	Animação e Actividades Culturais.....	SREC/SREC	85,0	0,26
P5	Defesa e Valorização do Património Cultural.....	SREC/SREC	1 070,0	3,26
P6	Apoio aos Media.....	PGR/PGR	130,0	0,40
<b>SAÚDE</b>			<b>1 780,0</b>	<b>5,43</b>
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRHOP	991,0	3,02
P8	Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde..	SRSSS/SRSSS	654,0	1,99
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	40,0	0,12
P10	Investigação, Formação e Informatização.....	SRSSS/SRSSS	95,0	0,29
<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			<b>420,0</b>	<b>1,28</b>
P11	Apoio a Instituições de Solidariedade Social.....	SRSSS/SRSSS	420,0	1,28
<b>JUVENTUDE E REC. HUMANOS</b>			<b>670,0</b>	<b>2,04</b>
P14	Apoio à Juventude.....	SRJRH/SRJRH	314,0	0,96
P15	Estruturas Físicas.....	SRJRH/SRJRH	138,5	0,42
P16	Formação Profissional.....	SRJRH/SRJRH	217,5	0,66
<b>HABITAÇÃO E URBANISMO</b>			<b>2 570,0</b>	<b>7,84</b>
P17	Apoio à Habitação.....	SRHOP/SRHOP	1 900,0	5,80
P18	Ordenamento Urbanístico.....	SRHOP/SRHOP	110,0	0,34
P19	Equipamentos Colectivos.....	SRHOP/SRHOP	500,0	1,53
P20	Gestão de Águas.....	SRHOP/SRHOP	60,0	0,18
<b>AMBIENTE</b>			<b>170,0</b>	<b>0,52</b>
P21	Preservação e Melhoria do Ambiente.....	SRTA/SRTA	170,0	0,52

*Jose Guilherme Reis*  
-106-

**PLANO / 91: SECTORES / PROGRAMAS**

1 000 Contos

SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
<b>SOCIAIS .....</b>			<b>9 945,0</b>	<b>30,33</b>
<b>EDUCAÇÃO E DESPORTO</b>			<b>3 050,0</b>	<b>9,30</b>
P1	Construções Escolares.....	SREC/SRHOP	2 130,0	6,50
P2	Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino.....	SREC/SREC	270,0	0,82
P3	Instalações e Actividades Desportivas.....	SREC/SREC	650,0	1,98
<b>CULTURA</b>			<b>1 285,0</b>	<b>3,92</b>
P4	Animação e Actividades Culturais.....	SREC/SREC	85,0	0,26
P5	Defesa e Valorização do Património Cultural.....	SREC/SREC	1 070,0	3,26
P6	Apoio aos Media.....	PGR/PGR	130,0	0,40
<b>SAÚDE</b>			<b>1 780,0</b>	<b>5,43</b>
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRHOP	1 021,0	3,11
P8	Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	624,0	1,90
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde.....	SRSSS/SRSSS	40,0	0,12
P10	Investigação, Formação e Informaszação.....	SRSSS/SRSSS	95,0	0,29
<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			<b>420,0</b>	<b>1,28</b>
P11	Apoio a Instituições de Solidariedade Social.....	SRSSS/SRSSS	420,0	1,28
<b>JUVENTUDE E REC. HUMANOS</b>			<b>670,0</b>	<b>2,04</b>
P14	Apoio à Juventude.....	SRJRH/SRJRH	314,0	0,96
P15	Estruturas Físicas.....	SRJRH/SRJRH	138,5	0,42
P16	Formação Profissional.....	SAJRH/SPJRH	217,5	0,66
<b>HABITAÇÃO E URBANISMO</b>			<b>2 570,0</b>	<b>7,84</b>
P17	Apoio à Habitação.....	SRHOP/SRHOP	1 900,0	5,80
P18	Ordenamento Urbanístico.....	SRHOP/SRHOP	110,0	0,34
P19	Equipamentos Colectivos.....	SRHOP/SRHOP	500,0	1,53
P20	Gestão de Aguas.....	SRHOP/SRHOP	60,0	0,18
<b>AMBIENTE</b>			<b>170,0</b>	<b>0,52</b>
P21	Preservação e Melhoría do Ambiente .....	SRTA SRTA	170,0	0,52

*Jose Guilherme Reis*

**PLANO / 91 - SECTORES / PROGRAMAS**

1 000 Contos

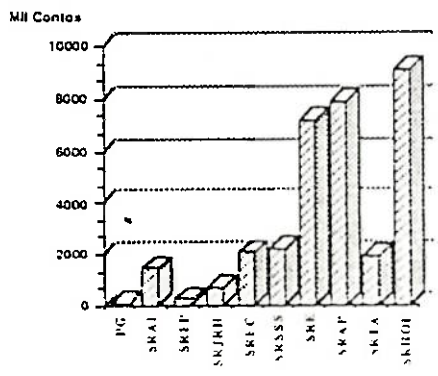
SECTORES / PROGRAMAS		Ent. Prop./Exec.	Dotação	% Total
<b>ECONOMICOS.....</b>			<b>21 170,0</b>	<b>64,57</b>
<b>AGRICULTURA, PEC. E SILVIC.</b>			<b>5 400,0</b>	<b>16,47</b>
P22	Desenvolvimento Agrícola.....	SRAP/SRAP	4 400,0	13,42
P23	Desenv., Protecção, e Gestão de Rec.Florestais.....	SRAP/SRAP	200,0	0,61
P24	Transform. e Comerc. de Produtos Agrícolas.....	SRAP/SRAP	800,0	2,44
<b>PESCAS</b>			<b>2 500,0</b>	<b>7,63</b>
P25	Desenvolvimento das Pescas .....	SRAP/SRAP	2 500,0	7,63
<b>INDÚSTRIA</b>			<b>850,0</b>	<b>2,59</b>
P26	Incentivos ao Investimento Produtivo .....	SRE/SRE	650,0	2,10
P27	Meioria da Competitividade e Qualidade .....	SRE/SRE	110,0	0,34
P28	Fomento do Artesanato .....	SRE/SRE	50,0	0,15
<b>TURISMO</b>			<b>1 680,0</b>	<b>5,12</b>
P29	Apoio à Actividade Turística .....	SRTA/SRTA	1 280,0	3,90
P30	Divulgação, Promoção e Animação Turística .....	SRTA/SRTA	400,0	1,22
<b>ENERGIA</b>			<b>1 570,0</b>	<b>4,79</b>
P31	Apoio ao Sector Energético .....	SRE/SRE	1 570,0	4,79
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>			<b>8 770,0</b>	<b>26,75</b>
P32	Rede Viária Regional .....	SRHOP/SRHOP	4 400,0	13,42
P33	Circulação Urbana .....	SRE/SRE	40,0	0,12
P34	Programa Portuário .....	SRE/SRHOP	3 000,0	9,15
P35	Programa Aeroportuário .....	SRE/SRHOP	450,0	1,37
P36	Apoio ao Transporte.....	SRE/SRE	850,0	2,59
P37	Prom., Est., Form. e Sist. Av. Telecomunicações.....	SRE/SRE	30,0	0,09
<b>COMÉRCIO</b>			<b>400,0</b>	<b>1,22</b>
P38	Apoio à Actividade Comercial .....	SRE/SRE	400,0	1,22
<b>ADM. REG. E LOCAL</b>			<b>1 670,0</b>	<b>5,09</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO REGIONAL</b>			<b>365,0</b>	<b>1,11</b>
P39	Modernização Administrativa .....	SRAV/SRAI	141,0	0,43
P40	Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo .....	SRAV/SRAI	4,0	0,01
P41	Estudos, Formação e Acompanhamento .....	SREF/SREF	220,0	0,67
<b>COOP. COM A ADMIN. LOCAL</b>			<b>1 034,0</b>	<b>3,15</b>
P42	Cooperação Téc. e Financeira/ a Adm. Local .....	SRA/SRAI	1 034,0	3,15
<b>PROTECÇÃO CIVIL</b>			<b>271,0</b>	<b>0,83</b>
P43	Protecção Civil .....	SRA/SRAI	271,0	0,83
<b>TOTAL .....</b>			<b>32 785,0</b>	<b>100,00</b>

-108--  
*Jose Guilherme Reis*

**PLANO 91 ENTIDADES (RESUMO)**

Entidades	Dotação	% Total
Presidência do Governo.....	130	0,40
Sec. Reg. da Administração Interna.....	1 450	4,42
Sec. Reg. das Finanças e Planeamento.....	220	0,67
Sec. Reg. da Juventude e Recursos Humanos.....	670	2,04
Sec. Reg. da Educação e Cultura.....	2 075	6,33
Sec. Reg. da Saúde e Segurança Social.....	2 200	6,71
Sec. Reg. da Economia.....	7 190	21,93
Sec. Reg. da Agricultura e Pescas.....	7 900	24,10
Sec. Reg. do Turismo e Ambiente.....	1 850	5,64
Sec. Reg. da Habitação e Obras Públicas.....	9 100	27,76
<b>T O T A L</b>	<b>32 785</b>	<b>100</b>

1 000 contos



-109-  
*Jose Guilherme Reis*

**PLANO 91 ENTIDADES / PROGRAMAS**

ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total
	1 000 contos	
<b>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</b>	<b>130,0</b>	<b>0,40</b>
P6 Apoio aos media .....	130,0	0,40
<b>SEC. REG. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>	<b>1 450,0</b>	<b>4,42</b>
P39 Modernização Administrativa .....	141,0	0,43
P40 Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo .....	4,0	0,01
P42 Cooperação Técnica e Financeira c/Administração Local .....	1 034,0	3,15
P43 Protecção Civil .....	271,0	0,83
<b>SEC. REG. DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO</b>	<b>220,0</b>	<b>0,67</b>
P41 Estudos, Formação e Acompanhamento .....	220,0	0,67
<b>SEC. REG. DA JUVENTUDE E REC. HUMANOS</b>	<b>670,0</b>	<b>2,04</b>
P14 Apoio à Juventude .....	314,0	0,96
P15 Estruturas Físicas .....	138,5	0,42
P16 Formação Profissional .....	217,5	0,66
<b>SEC. REG. DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	<b>2 075,0</b>	<b>6,33</b>
P2 Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino .....	270,0	0,82
P3 Instalações e Actividades Desportivas .....	650,0	1,98
P4 Animação e Actividades Culturais .....	85,0	0,26
P5 Defesa e Valorização de Património Cultural .....	1 070,0	3,26
<b>SEC. REG. DE SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>2 200,0</b>	<b>6,71</b>
P7 Construção de Unidades de Saúde .....	991,0	3,02
P8 Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde .....	654,0	1,99
P9 Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde .....	40,0	0,12
P10 Investigação, Informatização e Formação na área de Saúde .....	95,0	0,29
P11 Apoio a Instituições de Solidariedade Social .....	420,0	1,28

Jose Guilherme ...  
-110-

**PLANO 91 ENTIDADES / PROGRAMAS**

1 000 contos

ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total
<b>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</b>	<b>130,0</b>	<b>0,40</b>
P6 Apoio aos média .....	130,0	0,40
<b>SEC. REG. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</b>	<b>1 450,0</b>	<b>4,42</b>
P39 Modernização Administrativa .....	141,0	0,43
P40 Apoio a Serviços Sociais do Funcionalismo .....	4,0	0,01
P42 Cooperação Técnica e Financeira c/Administração Local .....	1 034,0	3,15
P43 Protecção Civil .....	271,0	0,83
<b>SEC. REG. DAS FINANÇAS E PLANEAMENTO</b>	<b>220,0</b>	<b>0,67</b>
P41 Estudos, Formação e Acompanhamento .....	220,0	0,67
<b>SEC. REG. DA JUVENTUDE E REC. HUMANOS</b>	<b>670,0</b>	<b>2,04</b>
P14 Apoio à Juventude .....	314,0	0,96
P15 Estruturas Físicas .....	138,5	0,42
P16 Formação Profissional .....	217,5	0,66
<b>SEC. REG. DA EDUCAÇÃO E CULTURA</b>	<b>2 075,0</b>	<b>6,33</b>
P2 Aquisição de Equip. p/ Estabelecimentos de Ensino .....	270,0	0,82
P3 Instalações e Actividades Desportivas .....	650,0	1,98
P4 Animação e Actividades Culturais .....	85,0	0,26
P5 Defesa e Valorização de Património Cultural .....	1 070,0	3,26
<b>SEC. REG. DE SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL</b>	<b>2 200,0</b>	<b>6,71</b>
P7 Construção de Unidades de Saúde .....	1 021,0	3,11
P8 Beneficiação e Equipamento de Unidades de Saúde .....	624,0	1,90
P9 Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde .....	40,0	0,12
P10 Investigação, Informatização e Formação na área de Saúde .....	95,0	0,29
P11 Apoio a Instituições de Solidariedade Social .....	420,0	1,28

-111A  
*Jose Guilherme Reis Cruz*

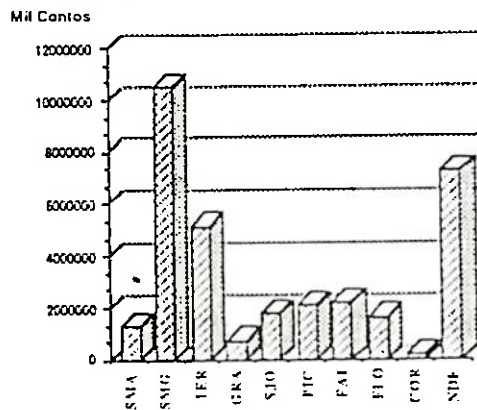
**PLANO 91 ENTIDADES / PROGRAMAS**

		1 000 contos	
ENT. PROP. / EXEC. / PROGRAMAS	DOTAÇÃO	% Total	
<b>SEC. REG. DA ECONOMIA</b>		<b>7 190,0</b>	<b>21,93</b>
P26 Incentivos ao Investimento Produtivo .....	690,0	2,10	
P27 Melhoria da Competitividade e Qualidade .....	110,0	0,34	
P28 Fomento do Artesanato .....	50,0	0,15	
P31 Apoio ao Sector Energético .....	1 570,0	4,79	
P33 Circulação Urbana .....	40,0	0,12	
P34 Programa Portuário .....	3 000,0	9,15	
P35 Programa Aeroportuário .....	450,0	1,37	
P36 Apoio ao Transporte .....	850,0	2,59	
P37 Prom., Estudos, Form. Prof. e Sist. Av. de Telecomunicações .....	30,0	0,09	
P38 Apoio à Actividade Comercial .....	400,0	1,22	
<b>SEC. REG. DE AGRICULTURA E PESCAS</b>		<b>7 900,0</b>	<b>24,10</b>
P22 Desenvolvimento Agrícola .....	4 400,0	13,42	
P23 Desenv., Protecção e Gestão dos Recursos Florestais .....	200,0	0,51	
P24 Transf. e Comercialização de Produtos Agrícolas .....	800,0	2,44	
P25 Desenvolvimento das Pescas .....	2 500,0	7,63	
<b>SEC. REG. DO TURISMO E AMBIENTE</b>		<b>1 850,0</b>	<b>5,64</b>
P21 Preservação e Melhoria do Ambiente .....	170,0	0,52	
P29 Apoio à Actividade Turística .....	1 280,0	3,90	
P30 Divulgação, Promoção e Animação Turística .....	400,0	1,22	
<b>SEC. REG. HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS</b>		<b>9 100,0</b>	<b>27,76</b>
P1 Construções Escolares .....	2 130,0	6,50	
P17 Apoio à Habitação .....	1 900,0	5,80	
P18 Ordenamento Urbanístico .....	110,0	0,34	
P19 Equipamentos Colectivos .....	500,0	1,53	
P20 Gestão de Águas .....	60,0	0,18	
P32 Rede Viária Regional .....	4 400,0	13,42	
<b>TOTAL</b>		<b>32 785,0</b>	<b>100,00</b>

*Jose Guilherme Reis Reis*

PLANO / 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL (RESUMO)

Contos		
Desagregação Espacial	Dotação	% Total
Santa Maria .....	1 311 821	4,00
São Miguel .....	10 485 075	31,98
Terceira .....	5 176 428	15,79
Graciosa .....	700 335	2,14
São Jorge .....	1 745 419	5,32
Pico .....	2 111 900	6,44
Faial .....	2 217 954	6,77
Flores .....	1 661 827	5,07
Corvo .....	152 943	0,47
Não Desagregado .....	7 221 296	22,03
<b>T.O.T.A.L.</b>	<b>32 786 000</b>	<b>100,00</b>





**PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS**

Sectores/Programas		SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	N. DES	TOTAL
<b>SOCIAIS</b>		220 838	4 213 832	2 279 004	136 871	258 575	579 407	553 553	311 272	30 388	1 361 260	9 945 000
<b>EDUCAÇÃO E DESPORTO</b>		45 000	980 000	1 082 000	15 500	36 000	243 000	196 000	105 000	10 500	337 000	3 050 000
P1	Construções Escolares.....	45 000	840 000	649 000	15 500	36 000	243 000	186 000	105 000	10 500	200 000	2 130 000
P2	Aquis. de Equip. p/ Estabel. de Ensino.....		40 000	20 000				10 000			137 000	270 000
P3	Instalações e Activ. Desportivas.....		100 000	413 000								650 000
<b>CULTURA</b>		15 300	356 200	358 100	17 000	22 750	62 850	170 100	65 900	10 300	206 500	1 285 000
P4	Animação e Actividades Culturais.....	300	13 200	13 100	2 000	2 750	2 850	4 100	900	300	45 500	85 000
P5	Defesa e Valoriz. do Patrim. Cultural.....	15 000	343 000	345 000	15 000	20 000	60 000	166 000	65 000	10 000	31 000	1 070 000
P6	Apoio aos Media.....										130 000	130 000
<b>SAÚDE</b>		100 000	1 134 000	203 500	55 000	7 500	120 000	20 000	100 000		140 000	1 780 000
P7	Construção de Unidades de Saúde.....	100 000	791 000	203 500	20 000	2 500	100 000	20 000	100 000		45 000	991 000
P8	Benefic. e Equip. de Unidades de Saúde....		343 000	203 500	35 000	5 000					95 000	654 000
P9	Apoio à Fixação de Pessoal de Saúde.....											40 000
P10	Inv., Formação e Informatização.....											95 000
<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>			160 000	60 000		100 000			100 000			420 000
P11	Apoio a Inst. de Solidariedade Social.....		160 000	60 000		100 000			100 000			420 000
<b>JUVENTUDE E REC. HUMANOS</b>		2 200	199 750	45 250	1 200	1 200	1 200	14 000	600	600	404 000	670 000
P14	Apoio à Juventude.....	2 200	66 000	43 500	1 200	1 200	1 200	11 000	600	600	186 500	314 000
P15	Estruturas Físicas.....		133 750	1 750				3 000				139 500
P16	Formação Profissional.....										217 500	217 500
<b>HABITAÇÃO E URBANISMO</b>		51 238	1 334 882	498 154	42 871	83 875	142 857	125 103	33 972	3 688	253 350	2 570 000
P17	Apoio à Habitação.....	50 738	1 029 642	418 154	41 971	80 875	120 857	120 903	33 972	2 888	253 350	1 900 000
P18	Ordenamento Urbanístico.....	500	24 240	3 000	900	3 000	20 000	4 200		800	53 350	110 000
P19	Equipamentos Colectivos.....		240 000	70 000							190 000	500 000
P20	Gest. de Águas.....		41 000	7 000			2 000				10 000	60 000
<b>AMBIENTE</b>		7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000
P21	Preservação e Melhoria do Ambiente.....	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400	170 000

*Jose Guilherme - 113 - Rui Luis*

*Jose Guilherme Reis*

PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS

Combs	Sectores/Programas											TOTAL
	SMA	SMG	TER	GMA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	H. DES		
	220 038	4 213 032	2 279 004	136 071	250 575	579 407	553 553	311 272	30 380	1 361 260		9 945 000
	<b>SOCIAIS</b>											
	<b>EDUCAÇÃO E DESPORTO</b>											
P1	45 000	980 000	1 082 000	15 500	36 000	243 000	196 000	105 000	10 500	337 000		3 050 000
	Construções Escolares .....											
P2	45 000	840 000	649 000	15 500	36 000	243 000	186 000	105 000	10 500	200 000		2 130 000
	Aquis de Equip p/ substit do Ensino ..											
P3		100 000	413 000				10 000			137 660		650 000
	Instalações e Activ Desportivas .....											
	15 300	356 200	358 100	17 000	22 750	62 850	170 100	65 900	10 300	206 500		1 285 000
	<b>CULTURA</b>											
P4	300	13 200	13 100	2 000	2 750	2 850	4 100	900	300	45 500		45 000
	Animação e Actividades Culturais .....											
P5	15 000	343 000	345 600	15 000	20 000	60 000	106 000	65 000	10 000	31 000		1 070 000
	Diversa e Valor do Patrim Cultural .....											
P6										130 600		130 000
	Apoio aos Media .....											
P7	100 000	1 134 000	203 500	55 000	7 500	120 000	20 000	0	0	140 000		1 780 000
	<b>SAUDE</b>											
P8	100 000	821 000	203 500	20 000	2 500	100 000	20 000	0	0	45 000		1 021 000
	Construção de Unidades de Saúde .....											
P9		313 000		35 000	5 000					95 000		40 000
	Benefic e Equip de Unidades de Saúde .....											
P10								100 000				95 000
	Apoio à Formação e Informatização .....											
P11	0	160 000	60 000	0	100 000	0	0	100 000	0	0		420 000
	<b>SEGURANÇA SOCIAL</b>											
	Apoio a Inst de Solidaredade Social .....											
P12	2 200	189 750	45 350	1 200	1 200	1 200	14 000	600	600	404 000		470 000
	<b>JUVENTUDE E RECREIAMENTOS</b>											
P13	2 200	66 000	43 500	1 200	1 200	1 200	11 600	600	600	186 500		114 000
	Apoio a Juventude .....											
P14		133 750	1 750				3 600			217 500		138 000
	Formação Profissional .....											
P15	51 238	1 331 882	408 151	42 871	83 075	142 857	125 103	31 972	3 688	253 300		2 570 000
	<b>HABITAÇÃO E URBANISMO</b>											
P16	50 730	1 029 642	418 151	41 371	80 875	120 857	120 303	53 972	2 888	150 000		1 508 000
	Apoio à Habitação .....											
P17	500	24 240	3 000	900	3 000	20 000	4 200		800	53 300		110 000
	Equipamentos Urbanisticos .....											
P18		249 000	70 000			2 000				10 000		500 000
	Espaços Públicos .....											
P19		41 000	7 000							10 000		10 000
	Casas de Apoio .....											
P20	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400		170 000
	<b>AMBIENTE</b>											
P21	7 100	49 000	32 000	5 300	7 250	9 500	28 350	5 800	5 300	20 400		170 000
	Proteção e Melhor do Ambiente .....											

Jose Guilherme -115- *[Handwritten Signature]*

**PLANO 91 - DESAGREGAÇÃO ESPACIAL/SECTORES/PROGRAMAS**

	SMA	SMG	TER	GRÁ	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	H. DES	TOTAL
<b>Sectores/Programas</b>	<b>995 755</b>	<b>5 777 700</b>	<b>2 670 065</b>	<b>521 676</b>	<b>1 309 656</b>	<b>1 426 474</b>	<b>1 603 770</b>	<b>1 307 103</b>	<b>114 103</b>	<b>5 363 690</b>	<b>21 170 000</b>
<b>ECOLÓGICOS</b>											
P22	77 150	1 132 120	724 060	74 250	241 100	459 800	192 000	285 130	5 000	2 269 396	5 400 000
P23	73 150	1 015 220	684 360	70 150	111 000	426 000	129 500	115 310		1 774 390	4 400 000
	4 000	96 500	19 700	4 100	14 200	28 000	17 500	14 800		435 000	200 000
		20 000	20 000		115 000	5 000	45 000	155 000	5 000		800 000
P25	235 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
	235 000	465 000	150 000	78 000	95 000	315 000	400 000	7 000	5 000	750 000	2 500 000
P26	87 500	264 500	126 000	8 000	22 000	36 000	20 000	10 500	2 500	273 000	850 000
P27	85 000	185 000	121 000	6 000	20 000	33 000	17 000	8 000	2 000	213 000	650 000
P28	2 500	75 000	5 000	2 000	2 000	3 000	3 000	2 500	500	25 000	110 000
P29	74 000	523 500	203 000	37 000	52 000	92 000	148 000	75 000	6 500	469 000	1 680 000
P30	67 000	541 500	187 000	31 000	42 000	80 000	132 000	68 000	6 500	465 000	1 280 000
P31	7 000	22 000	16 000	6 000	10 000	12 000	16 000	7 000		304 000	480 000
P32	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	473 800	1 570 000
P33	70 600	221 700	317 700	40 200	141 200	141 200	132 400	27 000	5 000	473 800	1 570 000
P34	443 605	2 987 880	1 092 305	276 526	814 856	334 974	683 378	892 473	89 603	1 175 000	8 770 000
P35	293 005	2 037 880	597 305	186 526	464 856	134 974	348 378	42 473	19 603	275 000	4 400 000
P36	150 000	849 000	410 000	50 000	300 000	150 000	300 000	650 000	20 000	70 000	3 000 000
P37		10 000	80 000	40 000	50 000	50 000	50 000	200 000	50 000	800 000	850 000
P38	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
	8 500	203 000	57 000	7 700	23 500	47 500	28 000	10 000	500	14 300	400 000
<b>ADM. REG. E LOCAL</b>	<b>95 228</b>	<b>493 543</b>	<b>227 359</b>	<b>41 700</b>	<b>97 100</b>	<b>106 019</b>	<b>60 623</b>	<b>43 453</b>	<b>0 452</b>	<b>496 348</b>	<b>1 670 000</b>
P39		1 000	1 000							363 000	365 000
P40		1 000	1 000							141 600	141 600
P41	95 228	431 543	193 859	41 700	53 438	106 019	47 500	25 952	8 452	29 598	1 034 000
P42	95 228	431 543	193 859	41 700	53 438	106 019	47 500	25 952	8 452	29 598	1 034 000
P43	0	61 000	32 500	0	43 750	0	12 500	17 500	0	103 750	271 000
		61 000	32 500		43 750		12 500	17 500		103 750	271 000
<b>TOTAL</b>	<b>1 311 821</b>	<b>10 485 075</b>	<b>5 176 420</b>	<b>700 333</b>	<b>1 745 419</b>	<b>2 311 900</b>	<b>2 217 954</b>	<b>1 601 627</b>	<b>1 52 943</b>	<b>7 221 298</b>	<b>32 785 000</b>
<b>Percentagem(%)</b>	<b>4,00</b>	<b>31,98</b>	<b>15,79</b>	<b>2,14</b>	<b>5,32</b>	<b>6,44</b>	<b>6,77</b>	<b>5,07</b>	<b>0,47</b>	<b>22,93</b>	<b>100,00</b>

Jose Guadalupe <sup>-116-</sup> *[Signature]*

6 — RECURSOS FINANCEIROS

---

*Jose Guilherme Pereira*

Como ficou definido no PMP 89/92, aprovado oportunamente pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Região tinha como expectativa que os meios financeiros disponíveis para alcançar as metas inicialmente propostas teriam de ser apreciavelmente acrescidos, seja ao abrigo da solidariedade nacional, seja por via dos Fundos Estruturais da C.E.E..

Como é do conhecimento generalizado, as transferências provenientes do Orçamento do Estado não estão a corresponder às necessidades de desenvolvimento da Região e às profundas alterações entretanto verificadas, no que respeita às Despesas e Receitas, como seja as decorrentes da aplicação do Novo Sistema Retributivo da Função Pública e a não fixação de novas regras no que concerne à transferência para a Região dos Impostos Directos.

Perante este quadro, a Região teve necessidade de programar o ritmo de crescimento de acordo com a realidade financeira existente.

Será prosseguida uma política de grande rigor orçamental, com incidência nas Despesas Correntes, embora se tenha consciência que existem despesas não compressíveis, e que experimentaram um grande incremento a partir de 1 de Outubro de

---



1989, com a entrada em vigor da Reforma da Função Pública - N.S.R..

As necessidades de desenvolvimento da Região e o rigor colocado na gestão das Finanças Públicas Regionais obrigam a efectuar opções que tenham em conta o maior aproveitamento dos Programas Operacionais, mantendo a estabilidade no mercado do emprego e a coesão económica e social.

Tendo em conta o exposto, a execução do Plano e do Orçamento Corrente para o próximo ano exige recursos financeiros no montante de 78 761 milhares de contos, sendo mais cerca de 10% do que o orçamentado para 1990 e mais cerca de 18% do que os valores que vão ser submetidos à A.L.R.A. para revisão do Plano e Orçamento para o corrente ano.

O quadro a seguir reproduzido dá conta da estrutura, a preços correntes, da Receita e da Despesa para o ano económico de 1991.

---

*Jose Guilherme Reis Lima* -119-

	1 000 contos
	1991
<b>Receitas</b>	
. Receitas fiscais, patrimoniais e outras .....	36 221
. Acordos Internacionais.....	6 500
. Fundos Comunitários .....	15 540
. Transferências do Estado.....	10 500
. Empréstimos.....	10 000
<b>TOTAL DAS RECEITAS.....</b>	<b>78 761</b>
<b>Despesas</b>	
<b>Orçamento</b>	
. Correntes .....	43 100
. Capital .....	2 876
Sub-Total.....	45 976
. Plano.....	32 785
<b>TOTAL DAS DESPESAS .....</b>	<b>78 761</b>

Jose Guilherme Reis Reis

7 — FUNDOS ESTRUTURAIS COMUNITÁRIOS

---



*Jose Guadalupe Pires*

A execução do Plano para 1991, coincidirá com o terceiro ano de implementação da reforma dos fundos estruturais comunitários, decorrentes da ratificação pelos parceiros comunitários do Acto Único Europeu.

No Plano para 1990 foi apresentado no seu capítulo 6 uma resenha das principais linhas da reforma dos fundos estruturais, evidenciando-se também a estratégia adoptada pelo Governo Regional, com vista a maximizar os fluxos financeiros para o desenvolvimento da Região.

No momento actual de preparação do Plano para 1991, importa efectuar um balanço dos resultados apurados neste período, caracterizado pelo novo enquadramento comunitário para os Fundos Estruturais.

### F. E. D. E. R. / F.S.E.

Face aos novos regulamentos a intervenção dos fundos comunitários procede-se preferencialmente através de Programas, ou seja, o co-financiamento de um conjunto coerente de intervenções diversificadas, visando objectivos estratégicos de desenvolvimento.

---

*Jose Guilherme Reis* -122-

Em síntese, o conteúdo e o ponto da situação em relação aos Programas de iniciativa regional ou com incidência nos Açores é o seguinte:

**Programa Nacional de Interesse Comunitário para a  
Região Autónoma dos Açores**

Por Decisão da Comissão de 31 de Maio de 1989, após ter sido recolhido parecer favorável por unanimidade do Comité FEDER de 10/11 de Novembro de 1988, foi aprovado o Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores (PNIC Açores).

Este Programa a executar nos anos de 1989, 1990 e 1991, estando em negociação o alargamento a 1992, abrange uma série de projectos agrupados em seis sub-programas que totalizam um investimento global de 18,3 milhões de contos e representam um apoio financeiro da Comunidade de 12,2 milhões de contos (co-financiamento de 67%).

O Programa Nacional de Interesse Comunitário para a Região Autónoma dos Açores é um conjunto coordenado de

---

*Jose Guilherme Reis Reis*  
-123-

projectos agrupados em Sub-programas, tendo como objectivo:

AUMENTAR A IMPORTÂNCIA DO SECTOR TURISMO  
NA ECONOMIA REGIONAL

para o que se irá

DIVERSIFICAR A OFERTA  
E  
MAXIMIZAR POTENCIALIDADES DE CRESCIMENTO

O volume de investimento já realizado ronda os 3 milhões de contos, tendo sido já transferido para a Região cerca de 3,8 milhões de participação FEDER.

Programa Específico de Desenvolvimento da  
Região Autónoma dos Açores

O Programa Específico de Desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores (PEDRAA), é um Programa Operacional Plurifundos, ou seja, engloba co-financiamentos comunitários do FEDER e do Fundo Social Europeu (FSE). Este programa abrange o período 1990 — 93.

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

O PEDRAA visa atingir os seguintes objectivos de natureza estrutural:

- Aumento da extensão e eficácia da rede de infra-estruturas económicas
- Valorização dos recursos humanos
- Modernização da base produtiva regional
- Crescimento do sector não tradicional
- Melhoria da qualidade de vida e correcção dos desequilíbrios sociais

A despesa global estima-se em cerca de 60 milhões de contos, preços de 1989, e é solicitada uma comparticipação comunitária de aproximadamente 31 milhões de contos (26,5 do FEDER e 4,3 do FSE).

O PEDRAA foi elaborado no 2º semestre de 1989, tendo sido enviado aos serviços da Comissão em Janeiro de 1990. Foi aprovado em 19 de Junho último, conforme Decisão da Comissão C(90) 1126. Ainda nesse mês foi solicitado o 1º adiantamento da tranche de 1990, relativa à comparticipação FEDER, no valor de (ECU) 15 020 000. Em Setembro foi recebido na Direcção Regional do Tesouro a contrapartida em escudos do adiantamento, no valor de cerca de 2,7 milhões de contos.

---

*Jose Guilherme Reis*

Neste período inicial de execução do PEDRAA foram já aprovadas 75 projectos, representando um valor global de investimento de mais de 11 milhões de contos, sendo 15 projectos promovidos pelo Governo Regional, com um valor global de 6,2 milhões de contos, e os restantes 60 da responsabilidade das Autarquias Locais, com um custo global estimado em cerca de 4,9 milhões.

Está também contemplado no PEDRAA um conjunto de intervenções no domínio da formação profissional e fomento do emprego, participadas pelo FSE, num leque alargado de sectores de actividade económica, com destaque para o sector do Turismo, compreendendo as áreas de aprendizagem, sensibilização, emprego e formação de formadores, que contemplarão um conjunto previsível de cerca de 20 000 formandos.

As acções apoiadas pelo FSE, já aprovadas, totalizam um custo de 187 403 milhares de escudos, sendo o apoio FSE no valor de 140 533 milhares de escudos.

Há, ainda, a considerar a execução de acções no âmbito da formação profissional e contempladas nos objectivos 3 e 4 do Regulamento (CEE) nº 2052/88, de 24 de Junho e que institui a reforma dos Fundos Comunitários:

---

*Jose Guilherme Reis* -126-

Objectivo 3 — lutar contra o desemprego de longa duração

Objectivo 4 — facilitar a inserção profissional dos jovens.

**Programa Operacional de Desenvolvimento das  
Regiões Ultra-Periféricas (Regiões Autónomas dos  
Açores e da Madeira) — REGIS**

Este Programa, a ser participado pelo FEDER na componente de recursos suplementares da CEE, tem como principais objectivos:

- Combater as desvantagens resultantes da situação de insularidade e afastamento dos grandes centros de desenvolvimento;
- Promover um conjunto de acções prioritárias no domínio das infra-estruturas básicas - acessibilidades, energia, sectores sociais, ambiente - com vista a apoiar os esforços de desenvolvimento empreendidos nos respectivos Planos de Desenvolvimento Regional.

127-  
*Jose Guilherme Reis*

Este Programa encontra-se ainda em fase de negociação, sendo prematuro definir com rigor os montantes de investimento a participar.

**Projecto de Desenvolvimento da Frota da SATA**

A execução deste projecto pretende, nomeadamente:

- Expansão/modernização da frota, através da substituição das 3 aeronaves em serviço com capacidades unitárias de 44 lugares, por 3 aeronaves novas com capacidades unitárias de 64 lugares;
  - Acréscimo da capacidade de oferta;
  - Redução das dependências externas;
  - Melhor adequação da frota à rede de aeroportos e às necessidades do tráfego;
  - Melhoria global da acessibilidade para os utentes da rede de transporte aéreo, fundamentalmente ao nível dos fluxos turísticos e comerciais.
-

*Jose Guilherme Reis*  
-128-

O investimento global previsto ronda os 7 milhões de contos e contará com um apoio do FEDER de aproximadamente 3,2 milhões. Actualmente foi já entregue uma aeronave, esperando as restantes até ao final do ano. Deram entrada na Região cerca de 2,9 milhões de contos de comparticipação FEDER.

**Programa de Incentivo à Actividade Produtiva**

O Programa Nacional de Interesse Comunitário de Incentivo à Actividade Produtiva (PNICIAP) foi apresentado pelo Governo Português à Comissão das Comunidades Europeias em Julho de 1987, obtendo parecer favorável do Comité FEDER em Novembro e tendo a decisão de financiamento comunitário sido assinada em 18 de Janeiro de 1988.

Este PNIC tem uma duração de 4 anos (1988-91), esperando-se o seu prolongamento até 1993, envolve uma contribuição do FEDER que ultrapassa os 40 milhões de contos e é constituído por três Sistemas de Incentivos ao Investimento aprovados em Conselho de Ministros e aplicados na Região

---



129-  
*Jose ...*

Autónoma dos Açores, com as necessárias adaptações:

- . Sistema de Incentivos de Base Regional..... SIBR
- . Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo..... SIFIT
- . Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno SIPE

O SIBR - Sistema de Incentivos de Base Regional (Dec. Lei nº 483-B/88, de 28 de Dezembro, regulamentado pela Portaria nº 839/88, de 31 de Dezembro) — tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões, incentivando a localização de indústrias (extractivas e transformadoras) nas regiões mais desfavorecidas do País. Cobre cerca de 80% do território nacional, excluindo as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e a faixa litoral compreendida entre estas zonas.

As taxas de comparticipação a atribuir aos projectos financiados no âmbito do SIBR podem variar entre 15% e 75% das despesas relevantes.

Na Região foram aprovados 54 projectos de investimento, representando um investimento de mais de 7 milhões de contos, sendo o incentivo aprovado da ordem dos 2,8 milhões de contos, permitindo a criação de 531 postos de trabalho.

---

*Jose Guilherme Reis*  
-130-

O SIFIT - Sistema de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo (Dec. Lei nº 420/87, de 31 de Dezembro, regulamentado pela Portaria nº 976/87, da mesma data) destina-se a apoiar projectos de investimentos na construção e ampliação de empreendimentos, instalação e infra-estruturas turísticas, em especial nas regiões menos desenvolvidas mas com potencialidades para a actividade turística.

As taxas de comparticipação dos projectos podem variar entre 10% e 65% das despesas relevantes.

Na Região foram aprovados 13 projectos de investimento, com um custo total previsto de cerca de 2 milhões de contos, sendo o incentivo aprovado na ordem dos 812 mil contos, permitindo a criação de 109 postos de trabalho.

O SIPE - Sistema de Incentivos ao Potencial Endógeno (Dec. Lei nº 15 - B/88, de 18 de Janeiro, regulamentado pela Portaria nº 679/88, de 11 de Outubro) tem por objectivo melhorar a estrutura técnica e administrativa das PME's industriais e de

---

*Jose Guilherme Reis*  
-131-

turismo, facilitar o seu acesso ao mercado, à informação e às novas tecnologias através do financiamento de estudos e assistência técnica.

As taxas de comparticipação podem ir até 50% nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e até 70% nas restantes regiões.

Não se conhecem ainda intenções de investimento a este sistema.

SERVIÇOS AVANÇADOS DE TELECOMUNICAÇÕES —  
STAR

O Programa Comunitário STAR tem por objectivo contribuir para o desenvolvimento de certas regiões desfavorecidas da Comunidade, por um melhor acesso aos serviços avançados de telecomunicações e a integração destas regiões nas grandes redes de telecomunicações.

O Programa STAR foi aprovado pela Comissão das Comunidades a 22 de Outubro de 1987 e consta do Regulamento

---

Jose Quinto -132- *Quinto*

(CEE) nº 3300/86. Abrange o período 1987/91, esperando-se a sua prorrogação por mais um ano.

O estabelecimento dos novos serviços avançados de telecomunicações implica a instalação prévia de uma rede adequada de equipamentos base que ficarão a cargo da iniciativa pública - CTT e TLP, que absorverão a grande parte do montante disponível.

O apoio aos projectos da iniciativa privada prevê-se que contribua, nomeadamente, para que as PME disponham dos meios necessários ao acesso aos novos serviços avançados de telecomunicações. Neste sentido foi aprovado o Sistema de Incentivos a Serviços Avançados de Telecomunicações - SISAT, pelo Dec. Lei nº 249/88, de 15 de Julho, regulamentado pela Portaria nº 727/88, de 2 de Novembro. Os auxílios concedidos pelo SISAT podem variar de 35% a 70% das despesas relevantes do projecto.

A nível público o esforço financeiro e o conseqüente apoio comunitário tem sido encaminhado, até ao presente, maioritariamente para os CTT.

Na Região, segundo os últimos dados apurados, estão aprovados, no domínio do sector público 6 projectos num valor global de mais de 700 mil contos, incluindo-se um projecto promovido pela SATA EP (projecto Atlântica). No domínio do sector

---

*Jose Guilherme Reis*

privado foram aprovados 7 candidaturas, com um investimento de mais de 18 mil contos, estando previsto um incentivo a fundo perdido de mais de 11 mil.

VALOREN

O Programa Comunitário VALOREN pretende contribuir para o desenvolvimento de certas regiões desfavorecidas da Comunidade, pela valorização do potencial energético endógeno. Foi aprovado pela Comissão das Comunidades a 22 de Outubro de 1987 e consta do Regulamento (CEE) nº 3301/86.

A realização do VALOREN abrange o período de 1987 a 1991, esperando-se a sua prorrogação por mais um ano, e envolve uma contribuição do FEDER de mais de 10 milhões de contos.

A execução deste Programa pretende contribuir para a exploração dos recursos energéticos locais; para uma utilização mais racional da energia e para a promoção e difusão de novas tecnologias energéticas.

Jose Guilherme Reis  
-134-

Embora parte dos apoios disponíveis seja para o sector público, foi criado um Sistema de Incentivos à Utilização Racional de Energia - **SIURE** que contempla o sector privado.

No âmbito dos projectos do sector público, encontram-se aprovados projectos da iniciativa da Direcção Regional de Energia (4), e da EDA, EP (3), com um valor global de investimento de 399 mil contos, para uma comparticipação FEDER na ordem dos 241 mil.

Jose Guzman -135- Perez Cruz.

ANEXO

---

*Jose Quintanilha* 136 *Quintanilha*

## 1- EMPRESAS PÚBLICAS

Os investimentos das empresas públicas para o ano de 1991 atingirão 7,1 milhões de contos.

O programa de investimentos da EDA deverá atingir o montante global de 5,2 milhões de contos, dos quais 3,7 milhões de contos correspondem a custos directos e os restantes a encargos de estrutura e a encargos financeiros. Na rubrica Não Desagregado estão fundamentalmente contempladas despesas de grandes reparações em equipamento e instalações de produção, estudos e projectos gerais e ainda acções de formação.

A SATA investirá em diversos equipamentos o montante de 427 mil contos.

Integrando diversas componentes de investimentos, os projectos da FTM atingirão o montante de 228 mil contos.

Os investimentos do BCA atingirão o significativo montante de 1,1 milhões de contos. Todavia, à semelhança dos da Companhia de Seguros Açoreana, correspondem mais à componente física (edifícios, equipamentos, etc.) do que às características financeiras das respectivas instituições.

---



Jose Guedes - 137 - *Ass. Ligeira*

A Lotaçor investirá 30,3 mil contos em equipamentos.

O montante dos investimentos totais desagregados por empresa e por espaço geográfico é apresentado no quadro seguinte:

#### INVESTIMENTO DESAGREGADO PARA 1991

Preços Correntes - 1 000 contos

	Lota- cor	FTM	EDA	SATA	Sub- Total	BCA	CSA	Total
SMA.....	-		193	9	202,0	9,0	-	211,0
SMG.....	2,5	228	1 273	85	1 588,5	599,5	30,0	2 218,0
TER.....	-		404	21	425,0	21,0	-	446,0
GRA.....	-		220	1	221,0	30,0	-	251,0
SJO.....	7,5		250	1	258,5	14,4	-	272,9
PIC.....	10,0		483	1	494,0	45,3	-	539,3
FAI.....	-		292	20	312,0	88,3	-	400,3
FLO.....	4,5		-	1	5,5	21,3	-	26,8
COR.....	-		-	-	-	-	-	-
Fora								
Região .....	-	-	-	-	-	278,3	50,0	378,3
Não Desag	5,8		2 085	288	2 378,8	-	-	2 378,8
TOTAL ...	30,3	228	5 200	427	5 885,3	1 107,1	80,0	7 072,4

Jose Guith-138-*[Handwritten Signature]*

## 2- SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

O ordenamento administrativo da Região Autónoma dos Açores inclui serviços e fundos autónomos que desenvolvem as suas actividades no âmbito das competências de algumas Secretarias Regionais.

Após consulta às diversas Secretarias Regionais, apresenta-se no que respeita aos fundos tutelados pela Secretaria Regional de Educação e Cultura os respectivos planos de actuação:

### FUNDO REGIONAL DA ACÇÃO CULTURAL

O orçamento do Fundo Regional de Acção Cultural para 1991, previsto num total de 132 130 contos, permitirá os seguintes

---

*Jose Guilherme Reis Reis*

intervenções pelas acções abaixo discriminadas:

- Exposições .....	43 955 c.
- Temporada Musical .....	20 000 c.
- Transferências - Instituições Particulares..	33 600 c.
- Casas de Cultura.....	6 400 c.
- Animadores Culturais.....	2 500 c.
- Publicações.....	20 000 c.
- Conferências.....	<u>2 000 c.</u>
.....	128 455 c

Para além destas despesas realizar-se-ão também algumas com a aquisição de material de informática (525 c.) bem como maquinaria e equipamento (3 150c.).

### FUNDO REGIONAL DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

O orçamento para 1991 importa num total de 972 792 contos, assim distribuído:

1 - Verbas destinadas respectivamente à aquisição de material de escritório, material escolar, manuais escolares para

---

-140-  
*Jose Guilherme Reis*

alunos carenciados, livros e revistas para Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino e residências de estudantes;

Dotação ..... 5 510 contos

2 - Verba destinada ao normal funcionamento do Infantário e Jardim de Infância de Ponta Delgada;

Dotação ..... 54 556 contos

3 - Verba destinada à concessão de subsídios para alunos dos ensinos preparatórios, secundário e médio e a assegurar o normal funcionamento de 24 refeitórios escolares de todos os estabelecimentos de ensino e residências de estudantes;

Dotação ..... 102 500 contos

4 - Verba destinada a assegurar o funcionamento de 30 bufetes escolares, que em alguns estabelecimentos de ensino desempenham função complementar do serviço de alimentação e noutras, onde não existe o serviço de refeitório, desenvolvem uma acção mais ampliada com o fornecimento obrigatório de géneros e bebidas essenciais, sendo, neste último caso, concedidos subsídios aos alunos;

Dotação ..... 129 000 contos

---

*Jose Guilherme Reis* -141-

5 - Verba destinada a assegurar a distribuição de leite escolar a todos os alunos do da Educação Pré-Escolar e dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico CPTV e alunos deficientes e ainda fornecer "Merenda Escolar" aos alunos das zonas mais carecidas da Região;

Dotação ..... 92 000 contos

6 - Verba destinada ao funcionamento de 25 papelarias escolares nos diferentes estabelecimentos de ensino com a finalidade de assegurar aos alunos o fornecimento a preços módicos de material escolar de uso corrente e duradouro;

Dotação ..... 15 000 contos

7 - Verba destinada à aquisição de alimentação para as crianças inscritas no Infantário e Jardim de Infância, aquisição de roupas para bebés, toalhas, artigos de higiene e limpeza;

Dotação ..... 3 200 contos

---

*Jose Quintana* -142- *Quintana*

8 - Verba destinada a encargos das instalações do prédio onde funciona o Infantário e Jardim de Infância, renda de casa do referido Infantário e das futuras instalações do FRASE;

Dotação ..... 2 190 contos

9 - Verba destinada a reparações e vistorias técnicas de equipamentos utilizados nas cozinhas, refeitórios, bufetes e papelarias dos diversos estabelecimentos de ensino, residências de estudantes e Infantário;

Dotação ..... 2 100 contos

10 - Verba destinada a assegurar o funcionamento das diferentes redes de transportes escolares de todos os estabelecimentos de ensino oficial e particular dos ensinos preparatório, secundário e ensino especial.

Destina-se também a alunos do ensino primário de zonas afastadas da escola 3 Km;

Dotação ..... 421 000 contos

---

*Jose Guilherme Reis* -143-

11 - Verba destinada ao Seguro Escolar. Destina-se ao pagamento de medicamentos, consultas médicas, internamentos hospitalares, cirurgias, próteses e ainda com o transporte de alunos acidentados e respectivos acompanhantes se fôr caso disso;

Dotação ..... 2 200 contos

12 - Verba destinada à atribuição de subsídios de estudo aos alunos carenciados, que visam compensar os encargos decorrentes da frequência escolar, nomeadamente com a aquisição de livros e material escolar de uso corrente e duradouro, transportes, alimentação, isenção de propinas, obtenção de diplomas, próteses e equipamento de chuva;

Dotação ..... 105 000 contos

13 - Verba destinada à atribuição de subsídios de alojamento aos alunos que se encontram deslocados do agregado familiar e que não conseguem vagas nas residências de estudantes;

Dotação ..... 15 000 contos

14 - Verba destinada à atribuição de subsídio infantil e de

---

*Rosa Guilherme* -144- *Rosa Guilherme*

invalidez e velhice;

Dotação ..... 4 072 contos

15 - Verba destinada à aquisição de material móvel de apoio à Acção Social Escolar (copos de galão, chávenas, pratos, etc.) para os refeitórios e bufetes escolares;

Dotação ..... 3 000 contos

16 - Verba destinada à reposição de equipamento fixo e móvel das cozinhas, refeitórios e bufetes escolares dos estabelecimentos de ensino e Infantário e Jardim de Infância;

Dotação ..... 16 464 contos

### FUNDO REGIONAL DO FOMENTO DO DESPORTO

O orçamento do Fundo Regional do Fomento do Desporto proposto para 1991 prevê uma dotação de 368 130

---



*Jose Guilherme Reis Luis*  
-145-

contos, dos quais 263 130 contos do O.R.A.A. e 105 000 contos de receitas que serão executadas de acordo com o Plano de Actividades a desenvolver na Região e em cada ilha em particular, quer no âmbito das Delegações de Desportos, quer no âmbito Associativo.

Assim estão programados os seguintes investimentos:

1.1. Actividades a nível de cada ilha (local)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Santa Maria .....	8	5 500
São Miguel .....	16	31 000
Terceira .....	15	19 000
Graciosa .....	5	4 000
São Jorge .....	5	6 000
Pico .....	9	9 500
Faial .....	10	12 000
Flores .....	6	4 000
Corvo .....	1	1 000
Não Desagregado .....		9 000
<b>TOTAL .....</b>		<b>101 000</b>

*Jose Guilherme Reis*  
-146-

1.2. Actividades a nível regional.(inter-ilhas)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Santa Maria .....	8	14 500
São Miguel .....	13	41 000
Terceira .....	13	33 000
Graciosa .....	4	8 000
São Jorge.....	5	10 000
Pico .....	9	17 500
Faial .....	10	22 500
Flores.....	5	7 500
Corvo .....	1	500
Não Desagregado .....		1 500
<b>TOTAL .....</b>		<b>156 000</b>

Jose Guedes -147- Pires Lima.

1.3. Actividades a nível insular (Jogos do Atlântico)

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Não Desagregado.....	13	11 500

1.4. Actividades a nível nacional

ILHAS	Nº Modalidades que desenvolvem	Contos
		Despesa
Não Desagregado.....	14	99 630